

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA – PPGCP
MESTRADO EM CIÊNCIA POLÍTICA

Maria Rita Silva Lamarão Belfort Bastos

Meio Ambiente e Voto: Qual o peso da Política de Pagamento por Serviços Ambientais institucionalizada pelo projeto Conservador das Águas na reeleição da prefeitura de Extrema (MG) durante o período de 2005 a 2016?

MARIA RITA SILVA LAMARÃO BELFORT BASTOS

Meio Ambiente e Voto: Qual o peso da Política de Pagamento por Serviços Ambientais institucionalizada pelo projeto Conservador das Águas na reeleição da prefeitura de Extrema (MG) durante o período de 2005 a 2016?

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro como requisito para obtenção do grau de Mestre em Ciência Política. Área de Concentração: Políticas Públicas

Orientadora: Luciana Veiga

Rio de Janeiro

2020

Autorizo reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

FICHA CATALOGRÁFICA

Preparada pelo Sistema da Biblioteca Central da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

B327 Bastos, Maria Rita Silva Lamarão Belfort
Meio Ambiente e Voto: Qual o peso da Política de Pagamento por Serviços Ambientais institucionalizada pelo projeto Conservador das Águas na reeleição da prefeitura de Extrema (MG) durante o período de 2005 a 2016? / Maria Rita Silva Lamarão Belfort Bastos. - Rio de Janeiro, 2020.
78 f.

Orientadora: Luciana Veiga.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, 2020.

1. Conservador das águas. 2. Pagamento por Serviços Ambientais. 3. Eleições Municipais. 4. Efeito Eleitoral. 5. Meio Ambiente. I. Veiga, Luciana, orient. II. Título.

Agradecimentos

Para realização deste trabalho, gostaria de agradecer àquelas pessoas que estiveram ao meu lado e colaboraram em seu processo.

Primeiramente, à minha orientadora Luciana Veiga, que admiro não só como a profissional excepcional que é, mas por nos transmitir seus conhecimentos com leveza e bom humor. Ter sido sua aluna é uma experiência que vou guardar sempre como um presente.

Ao professor Cesar Sabino, que acompanha minha trajetória na Ciência Política desde o início e com sua amizade foi fundamental para me dar estímulo e energia para continuar.

Aos moradores de Extrema-MG e ao Secretário de Meio Ambiente, que aceitaram participar da minha pesquisa e estiveram sempre solícitos a colaborarem, dedicando seu tempo e atenção para as entrevistas. Minha imensa gratidão a todos, sem vocês esta pesquisa não seria possível.

As minhas amigas Jane Reigosa, Julia Campos e Marina Fantini, por me proporcionarem a experiência da amizade de uma forma única e por estarem sempre ao meu lado, não só nos grandes momentos da minha vida, mas principalmente em todos os meus desafios.

À minha irmã, Maria Daniela, por ser a minha maior inspiração.

Meu pai, George Marcos, por todos os grandes ensinamentos que me guiam em todos os momentos.

Minha avó, Maria Izabel, pelos esforços que sempre fez por mim e por me dar condições para eu alcançar meus sonhos.

E ao João Vitor, meu grande amor, por tudo que nosso companheirismo representa em minha vida.

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo analisar a influência que o projeto do Conservador das Águas em Extrema-MG, primeira experiência municipal do país a utilizar o mecanismo de Pagamento por Serviços Ambientais e que é conceituada internacionalmente, teve na reeleição de um único grupo político que esteve na administração municipal de 1988 até 2016, contemplando todo o período de elaboração e implementação da política pública (2005- até os tempos atuais). A construção de mercados de serviços ambientais vem se tornando uma alternativa cada vez mais promissora para a elaboração de políticas públicas sustentáveis que visem estimular a conservação *versus* a exploração dos recursos ambientais, particularmente aqueles relacionados com carbono, água e biodiversidade. Por seu ineditismo e sucesso, vários estudos já foram feitos sobre a construção, a implementação e os resultados obtidos pelo PSA em Extrema, todavia, nada foi analisado ainda sobre o seu efeito eleitoral. Entender a importância do ambientalismo no voto vem se tornando fundamental. Por um lado, pesquisadores interessados em comportamento eleitoral, que focavam exclusivamente no efeito da economia no voto, têm expandido o seu olhar para avaliar o impacto de outras políticas na decisão do eleitor. Por outro lado, investigadores sobre o meio ambiente tem acompanhado a sua agenda de pesquisa figurar cada dia mais no centro de debates eleitorais e de embates ideológicos, trazidos como conflito pela extrema direita. Sugerimos quatro hipóteses: a) mais impacto do PSA no voto entre os seus beneficiários do que entre outros; b) menos efeito do meio ambiente e do PSA no voto do que de outras políticas; c) aprovação do PSA na opinião pública a despeito de situação econômica ruim, fugindo ao exemplo do que acontece com outras políticas de meio ambiente; d) mais aceitação do PSA na presença de mais ativismo. Para testar as hipóteses foram realizadas 12 entrevistas em profundidade com eleitores do município de Extrema, sendo nove com eleitores comuns e três com beneficiários do PSA. Ainda foi entrevistado o secretário de meio ambiente de Extrema, que ocupa o cargo desde a implementação do projeto.

Palavras-chave: Conservador das Águas, Pagamento por Serviços Ambientais, eleições municipais, efeito eleitoral, meio ambiente.

ABSTRACT

The goal of this work is to analyze the influence that the Conservador das Águas' project in Extrema-MG, the first municipal experience in the Brazil to use the Payment for Environmental Services, that is internationally renowned, had in the reelection of a single political group in the municipal administration since 1988 to 2016, covering the entire period of elaboration and implementation of the public policy (2005- until the present time). The construction of markets for environmental services has become an increasingly promising alternative for the development of sustainable public policies that aim to stimulate conservation versus the exploitation of environmental resources, particularly those related to carbon, water and biodiversity. Due to its originality and success, several studies have already been done on the construction, implementation and results obtained by the PSA in Extrema, however, nothing has yet been analyzed about its electoral effect. Understanding the importance of environmentalism in voting is becoming fundamental. On the one hand, researchers interested in electoral behavior, which focused exclusively on the effect of the economy on voting, have expanded their view to assess the impact of other policies on voter decision. Researchers on the environment have been following their research agenda to appear more and more in the center of electoral debates and ideological clashes, brought as a conflict by the extreme right. For this work, we suggest four hypotheses: a) more impact of the PSA on the vote among its beneficiaries than among others electors; b) less effect of the environment and the PSA on voting than other policies; c) approval of the PSA in the public opinion despite the bad economic situation, avoiding the example of what happens with other environmental policies; d) more acceptance of PSA in the presence of more activism. To test the hypotheses, we realized 12 in-depth interviews that were conducted with voters in the municipality of Extrema, 9 with ordinary voters and 3 with PSA beneficiaries and the environment's secretary of Extrema, who has held the position since the implementation of the project.

Keywords: Conservador das Águas, Payment for environment Services, local elections, electoral effect, environment.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO I: REVISÃO TEÓRICA	13
1.1. As principais correntes do Comportamento Eleitoral.....	13
1.2. O voto econômico multidimensional.....	14
1.3. As teorias no comportamento eleitoral a luz das eleições municipais	16
1.4. O voto multidimensional e a influência da política ambiental no resultado eleitoral	20
CAPÍTULO II: METODOLOGIA	25
2.1 Metodologia utilizada	25
CAPÍTULO III: O PAGAMENTO POR SERVIÇOS AMBIENTAIS E O PROJETO CONSERVADOR DAS ÁGUAS	30
3.1. A definição de Pagamento por Serviços Ambientais	30
3.2. O estado da arte do PSA no Brasil.....	36
3.2.1. O Código Florestal.....	37
3.2.2. A Lei 315/ 2015.....	38
3.3. O Projeto Conservador das Águas.....	39
3.4. Resultados da Política – Premiações	43
CAPÍTULO IV: RESULTADOS - TESTE DAS HIPÓTESES	44
4.1. Apresentação dos Resultados	44
CAPÍTULO V: CONCLUSÃO	62
BIBLIOGRAFIA	66
ANEXOS	74

LISTA DE SIGLAS

ANA- Agência Nacional de Águas

CBH - Comitê de Bacia Hidrográfica

CF - Código Florestal

Comitês PCJ - Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

NES - *National Election Study*

ONG - Organização não governamental

PSA - Pagamento por Serviços Ambientais

Projetos de PSA-Água - Projetos de Pagamento por serviços ambientais para a conservação dos recursos hídricos

PSA - Água - Pagamento por serviços ambientais para a conservação dos recursos hídricos

TNC - The Nature Conservancy

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo identificar a influência que o programa “Conservador das Águas”, primeira experiência municipal do país a utilizar o instrumento de Pagamento por Serviços Ambientais, tem na reeleição da prefeitura do município de Extrema-MG, considerando que a política tem sua relevância reconhecida internacionalmente. Nos últimos 28 anos, desde 1988, o município foi administrado somente por dois prefeitos que fazem parte do mesmo partido e grupo político, o que indica um cenário de estabilidade e continuidade das políticas públicas estabelecidas.

O município é um destaque em diversos aspectos, em 2015 foi considerada a melhor cidade em desenvolvimento municipal do Brasil pelo índice de desenvolvimento municipal feito pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN), que leva em conta emprego e renda, educação e saúde. Diversos elementos tornam, portanto, o município um estudo de caso interessante sob a ótica da aprovação do governo, justificado pela reeleição contínua, assim como da capacidade política presente em desenvolver e implementar políticas públicas satisfatórias para a população.

Uma das grandes iniciativas políticas da cidade é o projeto Conservador das Águas, que se relaciona com a preservação do meio ambiente, sendo a primeira cidade do país a criar uma lei municipal de sistemas de Pagamento por Serviços Ambientais baseado no conceito de provedor-recebedor, onde produtores rurais inscritos no projeto são remunerados por aderirem a práticas de conservação florestal em suas propriedades visando melhorar o abastecimento da Bacia PCJ, um dos principais contribuintes do Sistema Cantareira, que abastece 50% da população da grande São Paulo.

Esta política, criada em 2005, foi concebida pela Lei Municipal nº 2.100 e é considerada um destaque tanto no Brasil quanto internacionalmente em relação a conservação ambiental dos recursos hídricos. Em 2012, recebeu o “Prêmio Internacional de Dubai 2012 de Melhores Práticas para Melhoria das Condições de Vida”, promovido pelo Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos (Habitat/ONU) e o prêmio *Greenvana Greenbest* na categoria “Iniciativas Governamentais”, escolhido pela Academia Greenbest, entre diversos outros, que traduzem o impacto e a efetividade que a política teve em se apresentar sobre a preservação do meio ambiente.

No atual cenário, a preocupação com a criação de alternativas sustentáveis é central nos debates internacionais. Hoje, cientistas atestam que 60% (*Millenium Ecosystem Assessment, 2005*) dos ecossistemas do mundo têm sido utilizados de forma não sustentável. Estas condições são refletidas na preocupação com as mudanças climáticas, abastecimento hídrico, polinização, manutenção da biodiversidade, e diversos outros aspectos do meio ambiente.

O Brasil é considerado o país mais megadiverso do mundo e por isto possui uma posição estratégica perante o debate sobre preservação do meio ambiente que é estabelecido em todo o mundo. O caso de Extrema torna-se, portanto, um rico objeto de análise para entendimento não só da necessidade dos governos em intervirem e criarem mecanismos sustentáveis para preservação, mas também entender o impacto que estes projetos possuem em termos eleitorais considerando a tendência de que o tema ganhe mais relevância ao longo do tempo

A motivação para realização deste trabalho surgiu da percepção de que devido a avaliação positiva do projeto Conservador das águas, identificamos vários estudos que analisam seus impactos (VEIGA, 2008; MANFREDINI, 2015; GONZAGA, 2016; GONÇALVES, 2013), com abordagens tanto sobre as melhorias ambientais, indicadores de sustentabilidade ou impactos para os produtores rurais beneficiários do programa, porém, não havia estudos abordando o seu efeito em eleições. Tendo em vista a crescente preocupação mundial sobre as questões ambientais, e reconhecendo que o Pagamento por Serviços Ambientais surge nesse contexto como um promissor instrumento de incentivo a conservação, (VEIGA, 2008) avaliar o grau que uma política inovadora como esta impacta no resultado de eleições se torna um estudo interessante da perspectiva do voto multidimensional em relação a uma política de meio ambiente.

Entender a importância do ambientalismo no voto vem se tornando fundamental. Por um lado, pesquisadores interessados em comportamento eleitoral, que consideravam a economia como o fator que surtia mais efeito no voto, concentrando seus estudos a partir desta premissa, têm ampliado o seu olhar para avaliar o impacto de outras políticas na decisão do eleitor. Desta forma, investigadores sobre o meio ambiente tem acompanhado a sua agenda de pesquisa figurar cada dia mais no centro de debates eleitorais e de embates ideológicos, trazidos como conflito pela extrema direita.

O voto econômico multidimensional há muito vem contemplando política focadas em iniciativas governamentais de distribuição de renda para erradicação de pobreza sob condicionalidades. No Brasil, são muitos os estudos sobre o Programa Bolsa Família e

seu efeito eleitoral. Mas pouco se tem estudado sobre políticas e projetos ambientais, que também figuram intensamente nos grandes desafios atuais da humanidade. Agregar ao estudo do voto econômico multidimensional a política de pagamento por serviços ambientais, esquema de política pública ainda pouco abordado, traz para nossa compreensão a importância em considerar a projeção das políticas voltadas ao meio ambiente nas futuras eleições, assim como de uma melhor compreensão sobre a utilização de instrumentos econômicos para a preservação ambiental, que premia aquele que preserva.

Este trabalho, portanto, utilizou a abordagem do voto econômico em uma perspectiva mais multidimensional (RENNÓ, 2007; VEIGA & ROSS, 2019) agregando a ela a discussão internacional ainda incipiente sobre o efeito do meio ambiente na opinião pública e no comportamento eleitoral, sendo guiado por quatro hipóteses, fundamentadas pela discussão teórica realizada.

Desta forma, sugerimos quatro hipóteses, sendo elas: a) mais impacto do PSA no voto entre os seus beneficiários do que entre outros; b) menos efeito do meio ambiente e do PSA no voto do que de outras políticas; c) aprovação do PSA na opinião pública a despeito de situação econômica ruim, fugindo ao exemplo do que acontece com outras políticas de meio ambiente; d) mais aceitação do PSA na presença de mais ativismo. Para testar as hipóteses foram realizadas 12 (doze) entrevistas em profundidade com eleitores do município de Extrema, dentre estes sendo 09 (nove) eleitores comuns e 03 (três) beneficiários da Política de Pagamento por Serviços Ambientais institucionalizada pelo Projeto Conservador das Águas. Ainda foi entrevistado, também, o secretário de meio ambiente de Extrema, que ocupa o cargo desde a implementação do projeto até os dias atuais.

Esta dissertação é escrita em um contexto de intenso debate sobre as questões ambientais no mundo, marcado por recordes de queimadas e desmatamento das florestas brasileiras e pela pandemia do coronavírus, que trouxe como consequência, além da lamentável situação de saúde pública, um movimento mais acelerado na busca por alternativas sustentáveis para o desenvolvimento. De um lado, lideranças políticas internacionais destacam a responsabilidade que devemos ter ao lidar com questões como as mudanças climáticas, de outro, vemos um movimento do mercado financeiro brasileiro na direção de investimentos ESG (Environmental, Social e Governance), onde as empresas devem se comprometer com ações de mitigação dos problemas ambientais, sociais e de governança para que se tornem atrativas aos investidores. Frente a este contexto, o Brasil parece seguir o sentido oposto ao da priorização de políticas e medidas de preservação ambiental.

Recentemente, o debate sobre as questões ambientais no Brasil ganhou grande destaque em 2019 após o episódio das queimadas na região da Amazônia. Em 1992 o Brasil acolheu a primeira conferência da ONU sobre o meio ambiente e desde então, entre entraves, desenvolveu diversas políticas no sentido de estimular a preservação e o cuidado com a natureza. Entre 2018 e 2019, primeiro ano do governo de Jair Bolsonaro, a Amazônia teve a maior área devastada dos últimos dez anos, de acordo com dados do Inpe - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais e desde então diversos outros eventos aconteceram, como o derramamento de óleo no Nordeste do país, situações que geraram uma pressão para o governo em relação à construção de ações de defesa a preservação ambiental, pois a crise ambiental brasileira alertou ao mundo.

No Brasil, conhecido mundialmente por suas riquezas ambientais, a questão vem enfrentando diversos desafios colocados pela postura do atual governo perante aos eventos de desmatamento e devastação na Amazônia, pela ausência de implementação de medidas de proteção e incentivo ao desenvolvimento sustentável, corte de verbas de órgãos fiscalizadores como o Ibama e ICMBio, flexibilização de regras ambientais, além dos discursos do Presidente Jair Messias Bolsonaro (sem partido) incentivando a exploração de áreas ambientais protegidas, alegando que o país possui muita cobertura vegetal a ser explorada. Podemos citar diversas outras medidas que violam o meio ambiente, esta é uma marca da atual gestão do executivo federal. O Ministério do Meio Ambiente é dirigido por Ricardo Salles, que durante sua gestão já alterou regras de aplicação de multas e transferiu poderes para outras pastas do governo.

Um caso que ganhou grande repercussão e que exemplifica o contexto, foi o diálogo entre Jair Bolsonaro e o ex-presidente dos Estados Unidos Al Gore exibido no documentário alemão ‘‘O Fórum’’, sobre o Fórum Econômico Mundial de 2019, em Davos, na Suíça, onde ao ser abordado sobre a necessidade de se preservar a Amazônia pelo ex-presidente americano, visto a preocupação que sua exploração vem causando no mundo, Bolsonaro o responde que gostaria muito de explorá-lo junto aos Estado Unidos. A importância da floresta Amazônica é consensual entre os cientistas por possuir uma função insubstituível como reguladora do clima, diminuindo os impactos das mudanças climáticas.

Desta forma, podemos perceber que embora a agenda ambiental seja priorizada por majoritariamente todas as lideranças políticas do mundo e até mesmo, por outros setores como o mercado financeiro, no Brasil, ainda enfrentamos a mentalidade de que a exploração é fundamental para a melhora na economia, mesmo que hoje estejamos enfrentando não só ao aumento do desmatamento e uma recessão econômica, o que corrobora com a percepção sustentável de que não é preciso desmatar e explorar os recursos ambientais para o crescimento econômico.

Neste contexto, em dezembro de 2020, após longo e amplo debate no Congresso Nacional, foi aprovada pelo Senado o Programa Nacional de Compensação por Serviços Ambientais (PNCSA) e o Fundo Federal de Compensação por Serviços Ambientais (FFCSA). Este movimento para aprovação de políticas de proteção ambiental, se deu após as queimadas na Amazônia, onde em setembro de 2019 foi feito um plenário para que os deputados e deputadas federais debatessem a preservação da Amazônia após o anúncio do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), sobre o aumento do número de queimadas e desmatamento na região. Durante a comissão geral diversos temas ambientais foram debatidos e foram feitas críticas em relação a gestão ambiental do governo Bolsonaro e do ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles por representantes da sociedade civil de instituições como Greenpeace Brasil e de deputados como Alessandro Molon (PSB-RJ).

O trabalho está dividido em cinco capítulos, além desta introdução, no primeiro apresentamos a metodologia qualitativa utilizada neste estudo e como foram realizadas as entrevistas em profundidade que subsidiaram a este trabalho. Foram realizadas entrevistas com 12 cidadãos, sendo 03 beneficiários do projeto, e com o Secretário de Meio Ambiente, Paulo Henrique Pereira. O questionário foi aplicado através de chamadas de vídeo, devido a impossibilidade de realizarmos viagens imposta pela pandemia do COVID-19, período em que foi desenvolvido este trabalho. Na segunda parte, faremos uma revisão teórica do voto e meio ambiente. Na terceira parte, apresentaremos as definições sobre os serviços ambientais e o Pagamento por Serviços Ambientais (PSA). Em seguida, faremos uma apresentação do projeto Conservador das Águas e da continuidade administrativa em Extrema-MG. No último capítulo, iremos concluir os resultados obtidos e testaremos os resultados das hipóteses deste trabalho, sobre o impacto no voto dos eleitores em Extrema considerando a relevância do Projeto Conservador das Águas.

Sendo assim, acreditamos que a principal contribuição deste trabalho está em sua originalidade, em contribuir para a disseminação de análises eleitorais com base na satisfação dos eleitores com uma política ambiental. O tema como todo se mostra como uma novidade, com ainda muitas possibilidades de abordagem, e esperamos que cada vez mais a Ciência Política se aproprie desta perspectiva do voto multidimensional.

CAPÍTULO I: REVISÃO TEÓRICA

Começamos este primeiro capítulo apresentando a base teórica dos estudos sobre o comportamento eleitoral, fundamentada em três correntes principais: corrente psicológica, corrente sociológica e teoria da racionalidade. Uma vez tendo mapeado o campo com a apresentação sucinta das três correntes, o foco se dará na teoria da racionalidade e no voto econômico multidimensional. Haverá um empenho no sentido de apresentar o debate sobre comportamento eleitoral em disputas locais, em eleições municipais. Por fim, busca-se agregar a tais discussões já consolidadas na literatura brasileira o componente meio ambiente e opinião pública e comportamento eleitoral, inovando na discussão nacional.

1.1. As principais correntes do Comportamento Eleitoral

Para mapear o campo teórico do comportamento eleitoral é preciso começar pelas suas três correntes clássicas que passam a ser desenvolvidas a partir de meados do século XX, que são: a) corrente psicológica; b) corrente sociológica; c) corrente da teoria da racionalidade.

A corrente psicológica, também conhecida como Modelo de Michigan, em alusão à universidade em que ela se desenvolveu, tem sua maior expressão na obra *The American Voter*, de Campbell, de 1964. (Figueiredo, 2008) De acordo com esta teoria, o ato de votar é uma resultante de forças atitudinais. As orientações em direção a questões políticas são tomadas como reflexo do ambiente social imediato do eleitor, sendo a família o ambiente mais determinante. (Figueiredo, 2008) A partir de seu conceito de “sistema de crenças”, Converse apresenta que o poder explicativo da corrente psicológica está na constatação que uma vez as opiniões políticas formadas sobre o mundo, elas buscarão ser estáveis no decorrer do tempo, havendo tendência de interrelação lógica entre as novas e as anteriores. (Figueiredo, 2008). Figueiredo (2008) ilustra que se um indivíduo se mostra contrário a uma política de controle de preços, ele tenderá a ser avesso a outras medidas intervencionistas e certamente se identificará com partidos políticos que compartilhem de tais valores. Neste sentido vai se delineando a importância de variáveis explicativas como ideologia política e identidade partidária para esta teoria. Mais recentemente, a psicologia

política vem enriquecendo a discussão sobre comportamento eleitoral incorporando humor, afetividade, sentimento e emoção em seus modelos explicativos. (Mutz, 2008)

A corrente sociológica também conhecida como Modelos de Columbia, em referência à universidade em que ela foi desenvolvida, tem como obra principal *Voting: A study of opinion formation in presidential campaign* por Berelson, Lazarsfel e McPhee, em 1954. De acordo com esta teoria o ato de votar seria resultante da interação do eleitor em seu ambiente social. Assim, o comportamento do eleitor seria função do grau de interação em que ele está envolvido com seus pares próximos, de seu grupo social, e com os mais distantes, de outros grupos sociais, e do seu grau de coerência de informação no momento da decisão. (Figueiredo, 2008) Neste aspecto, clivagens sociodemográficas como classe social, religião e local de moradia (rural-urbano) destacam-se como variáveis explicativas relevantes para a decisão do voto. Em *Voting*, os autores sugerem que eleitores de classes média e alta tenderiam a votar mais no partido Republicano do que aqueles da classe de mais baixa. Ser católico ou protestante também orientaria o voto a favor de Democrata ou Republicano respectivamente. Da mesma forma, eleitores urbanos tenderiam a ser mais Democratas e eleitores rurais, mais Republicanos. (Berelson et al., 1954).

Por fim, a corrente a teoria da racionalidade tem como marco a obra *An Economic Theory of Democracy*, de Anthony Downs, de 1957. De acordo com Downs, o eleitor tende a adotar um comportamento maximizante no sentido de escolher o candidato que possa lhe trazer os melhores resultados caso seja eleito. Assim, Downs sugere que o eleitor olha para o futuro ao escolher o seu candidato, sua decisão seria prospectiva. Key (1966) introduz o conceito de voto econômico ao postular que o eleitor adota uma postura de juiz com poderes de punir ou compensar os governantes pelos seus desempenhos passados na economia. Kramer (1981) reforça a importância dos eventos e desempenhos passados na hora da decisão do voto. O eleitor agiria assim de maneira retrospectiva (Lewis-Beck e Stegmaier, 2008).

1.2. O voto econômico multidimensional

Nos tempos recentes, há um segmento de autores que passam a adotar a teoria do voto econômico em uma perspectiva mais multidimensional (Rennó, 2007; Veiga e Ross, 2019). Isto significa que outras questões que não a economia começam a ganhar

relevância para o eleitor. O voto econômico toma como variável dependente a adesão ao mandatário, que pode ser expressa pela sua taxa de aprovação durante o governo ou pelo número de votos que seu partido receberá na eleição. Tradicionalmente, o voto econômico, que premia ou pune o mandatário com o seu voto, está associado ao crescimento econômico, à taxa de inflação e à taxa de desemprego. Ou seja, o eleitor considera votar no mandatário quando esses elementos são bem avaliados e na oposição, quando julgar que estes aspectos vão mal. Embora essa seja uma abordagem mais clássica em relação ao voto econômico, outras políticas começam a ser apontadas como relevantes na escolha eleitoral, como o desempenho de governantes no combate à corrupção ou na segurança pública. Assim, de acordo com o que dizem os estudos sobre a teoria do voto econômico de uma perspectiva mais multidimensional, o voto não é concebido apenas pela avaliação do desempenho do candidato à reeleição sobre a economia, mas envolve a atuação do governante em outras áreas, como, por exemplo, na corrupção (Rennó, 2007).

Em seu artigo, Rennó (2007) mostra o impacto dos escândalos de corrupção sobre o voto do eleitor brasileiro na eleição presidencial de 2006. Os resultados obtidos mostram que as percepções sobre a corrupção têm um peso maior na escolha de candidatos de partidos políticos vizinhos no espectro ideológico brasileiro e peso menor na escolha de candidatos de coalizões partidárias muito distantes neste espectro. Conclui assim que, na escolha entre Lula e Alckmin, os eleitores se ativeram mais nas percepções sobre a economia, avaliação do governo Lula e certo componente partidário.

Também na lógica do voto econômico multidimensional, Veiga e al. (2019) testam o efeito das denúncias de corrupção em processos de impeachment de Presidentes da República. Os autores acionam a literatura sobre impedimentos na América Latina que indica quatro condições para que ocorra queda presidencial: 1) diretrizes econômicas focadas em políticas de ajuste; 2) envolvimento do mandatário em escândalos de corrupção; 3) falta de apoio político no legislativo nacional; e 4) clima de opinião contra o presidente com a ocorrência de protestos de rua. Buscam identificar as razões da perda de popularidade de Dilma Rousseff que serviu de pano de fundo para o seu impeachment no Congresso Nacional brasileiro em 2016. A hipótese testada e confirmada foi que: a) a avaliação negativa da economia; b) a percepção da economia como um dos três principais problemas do país; e c) a percepção da corrupção como um dos três principais problemas do país influenciaram a reprovação à presidente Dilma Rousseff. No decorrer do tempo, verificou-se ainda que a economia teve impacto anterior às denúncias de corrupção.

Para esta pesquisa, iremos investigar o efeito da política ambiental no voto.

1.3. As teorias no comportamento eleitoral a luz das eleições municipais

Para mapearmos a abordagem teórica deste trabalho e trazer mais elementos que colaborem com a compreensão do cenário presente no município de Extrema-MG, é pertinente apresentar uma discussão sobre o comportamento eleitoral em eleições municipais no Brasil.

No Brasil, durante a década de 1970 alguns estudos realizaram pesquisas neste sentido, a fim de compreender a racionalidade do voto dentro do processo eleitoral municipal do período. Nesta década, não havia eleições diretas para presidente, para governadores e nem mesmo para prefeitos de capitais, todavia, a década foi profícuo em estudos de eleições municipais de não capitais em todo o país.

Os estudos nos permitem verificar que fatores pesam na decisão do eleitor em disputas para prefeitos. Em dissertação de mestrado defendida por Daniela Neves, em 2010, *“Satisfação com a administração e intenção de voto. Estudo das campanhas de reeleição de prefeitos de nova capitais brasileiras nas eleições de 2008”*, a autora faz um bom levantamento bibliográfico sobre comportamento eleitoral em pleitos municipais no Brasil, considerando publicações desde a década de 1970.

Em *“Os partidos e o regime”* (REIS, 1978, apud Neves, 2011), busca-se analisar, através de *surveys*, o comportamento eleitoral em disputas municipais em quatro municípios brasileiros de diferentes estados, Presidente Prudente (SP), Juiz de Fora (MG), Caxias do Sul (RS) e Niterói (RJ). Os *surveys* buscavam medir a aderência dos eleitores ao governo federal e à gestão municipal, sobre a qualidade que percebem dos serviços públicos como (água, esgoto, escola, hospitais).

A análise realizada no município de Presidente Prudente indicou que os candidatos para as eleições não apresentavam diagnósticos distintos em relação os problemas do município, o que representava um discurso mais homogêneo e que se centralizava basicamente no desemprego e a precariedade nos serviços públicos. A disputa foi protagonizada por Paulo Constantino, que utilizava um discurso que se sustentava em sua carreira empresarial e a consequência que esta experiência traria para a modernização do município e Antônio Sandoval Neto, que já havia sido prefeito por três vezes na cidade. Lamounier (1978, apud NEVES, 2011) conclui - sobre o

alinhamento com o governo federal - que a vitória de Constantino foi baseada na capacidade do candidato de angariar os votos arenistas, mas, também, conseguir alcançar a uma camada de eleitores opositoristas. Sobre o alinhamento no âmbito municipal, identifica que não há uma relação entre voto na situação local e satisfação com a qualidade do serviço.

“A ser correta esta hipótese, confirmar-se-ia que (...) os muito pobres de Presidente Prudente ainda não relacionam sua situação – no caso, os serviços que lhes faltam – com as alternativas oferecidas pelo atual regime partidário. Mantém-se desta forma sua identificação com a Arena, e isto se dá, sem dúvida, por razões variadas. Para uns, o vínculo partidário talvez seja apenas a “sublimação” de alguma relação de fidelidade pessoal. Para outros, a carência dos serviços municipais talvez se deva a “maus prefeitos” individualmente, e não ao partido; ou, quem sabe, à expectativa de que somente a ARENA, como partido do governo, é que poderá vir um dia a atendê-los, e não o MDB, que sob este aspecto não representaria realmente uma alternativa.” (1978, p.63, apud Neves, 2010, p. 19)

No caso do município de Niterói, Olavo Brasil de Lima Jr. (1978, apud Neves, 2011) aponta que o cenário era marcado por ampla insatisfação dos eleitores com os serviços públicos e este aspecto foi fundamental para a decisão do voto. O vencedor foi Moreira Franco (MDB), ponto fim a uma sequência de governos arenistas na Câmara dos Vereadores. Desta forma, constatou-se que o eleitor agiu como “juiz” e elegeu a oposição, mediante a insatisfação com as políticas públicas, corroborando com a teoria do voto satisfacionista.

Sobre Caxias do Sul, Trindade e Cew (1978, apud Neves, 2011) apontam que havia uma parcela relevante de eleitores independentes, ou seja, que não possuíam identificação partidária e, por isso, votavam de acordo com suas orientações frente aos problemas públicos. A insatisfação com os serviços públicos levou à vitória da oposição, o MDB.

Por fim, o caso de Juiz de Fora foi analisado por Fábio Wanderley Reis. O município era conhecido por ter o MDB como o partido predominante, pois esteve como situação pelo período de dez anos, o que fazia o município ser conhecido como “inflexível alma opositorista” (NEVES, 2011), porém, o cenário muda e em 1976 a Arena é vencedora nas eleições municipais. Em relação aos serviços locais, os dados

indicavam que em todas as classes sociais era feita uma avaliação regular, com predominância de satisfação favorável, exceto em relação à qualidade da assistência médica. Junto a isto, outro fator que pode ter tornado o resultado das eleições disruptivo foi o desgaste dos governos, devido ao tempo em que se mantinham como situação. O comportamento eleitoral configurou um cenário onde o eleitor se manifestou frente ao diagnóstico que era feito da administração municipal, principalmente no que tange a satisfação com a saúde pública.

Resgatando a tradição de estudos em eleições locais dos anos 70 e 80, Silveira (2002) propôs uma coletânea sobre as disputas para prefeito em 2000 nas capitais brasileiras. No que tange ao impacto da avaliação do desempenho do prefeito na decisão do voto, em São Paulo, verificou-se que “a majoritária avaliação negativa da gestão de Celso Pitta parece ter exercido o papel de patamar comum no mapa de orientações dos eleitores” (Chaia et al., 2002, p.45). Ainda na mesma coletânea, sobre Belo Horizonte, Camargos (2002), assim explicou a reeleição de Célio de Castro:

“Como solução para o caos que a cidade se encontrava, a oposição pregava mais investimento na área social. De outro lado, a situação insistia que estes investimentos na área social já vinham sendo realizados e que a cidade só não estava melhor devido à escassez de recursos de investimentos do governo federal e estadual em áreas que eram de sua alçada, tais como saúde, segurança e emprego.” (Camargos, 2002, p.118)

No embate dos discursos, mediante a elevada taxa de aprovação de Célio de Castro, ele foi reeleito.

Diversos outros estudos foram realizados no sentido de compreender a correlação entre a satisfação com as políticas públicas e o comportamento eleitoral nos municípios brasileiros. Álvaro Augusto de Borba Barreto (2009) realiza uma pesquisa buscando compreender os aspectos da reeleição da prefeitura no Brasil e no Uruguai, constando que no período de 2000 e 2005, era grande a probabilidade de o candidato à reeleição ganhar a eleição.

Lavareda e Telles (2011) organizaram uma coletânea sobre as eleições para prefeitos de capitais em 2008. Ao analisar as análises sobre os municípios tem-se a constatação que a satisfação com a gestão foi determinante para a reeleição de muitos prefeitos:

(...) podemos destacar que a vitória de Kassab pode ser explicada por uma conjunção de fatores, conforme previsto na hipótese inicial: uma boa administração da gestão, (...) (Pimentel Jr e Penteado, 2011, p.52)

A despeito de haver um movimento no sentido de retomada de estudos sobre comportamento eleitoral no nível local, poucos são aqueles que se destacam por analisar que aspectos das políticas pública mais influenciam a avaliação dos prefeitos e o voto nos partidos deles. Neste sentido dois trabalhos merecem destaque.

Neves (2011) realizou pesquisa a partir de bancos de dados do Ibope e concluiu ser possível perceber que há um indicativo de que a satisfação com os serviços públicos – sobretudo de saúde e educação - pode ser levada em consideração na decisão do voto (NEVES, 2011, p. 49). Segundo a autora:

“Somente a avaliação dos serviços públicos não é capaz de explicar o sucesso, ou fracasso das campanhas. A avaliação positiva pode incluir outros fatores, como a imagem construída pelo prefeito, a rejeição ao nome dele e aos principais adversários, sem falar da dinâmica própria da campanha, como o Horário Eleitoral, que não é estudado neste trabalho. Porém, os testes de indicação das áreas consideradas importantes e a indicação de voto no prefeito mostram que as duas respostas podem indicar que avaliar positivamente a gestão municipal e considerar uma área como importante em tal gestão pode ser critério para voto no prefeito, ou no adversário. (NEVES, 2011, p. 50).

Desta forma, podemos perceber que a avaliação do governo e das políticas públicas figuram como um aspecto relevante para o comportamento eleitoral, embora outros elementos possam surgir nesse processo (NEVES, 2011).

Sobre as eleições de 2008, Neves (2011) considera que além dos partidos que disputavam as eleições a avaliação que era feita da própria gestão municipal, a rejeição ao nome do prefeito e a avaliação do candidato durante a campanha figuravam como um dos elementos fundamentais para o resultado das eleições.

Outra iniciativa que merece atenção é a de Gramacho et al. (2016). Os autores buscam fazer um modelo de aprovação presidencial para o âmbito municipal – o que seria um modelo de aprovação do prefeito, embora ele não coloque nestes termos. O fato é que

ele busca quais seriam os determinantes da aprovação do prefeito. Se utiliza do estudo da cidade de São Paulo na eleição de 2012. O preço da tarifa do transporte público, por exemplo, aparece como um dos determinantes da aprovação do prefeito

Por fim, esta seção traz um levantamento bibliográfico sobre alguns estudos do comportamento eleitoral em eleições municipais do Brasil que utilizaram a satisfação como elemento principal no entendimento para o resultado das eleições.

1.4. O voto multidimensional e a influência da política ambiental no resultado eleitoral

É muito restrito ainda o número de estudos que tratam do impacto das políticas ambientais nos resultados eleitorais, algo que pode ser tido como urgente mediante às demonstrações de degradação ambiental que cientistas vem nos alertando ao longo dos últimos anos. Questões como a mudança climática, devastação de florestas, disponibilidade da água, entre outras, que são cada vez mais abordadas pela mídia, trazem um incentivo e uma pressão no desenvolvimento de políticas voltadas à preservação ambiental, o que pode vir a tornar o meio ambiente como uma pauta promissora no campo das disputas eleitorais.

Dunlap (1991, apud Krosnick, 2012) faz um resgate histórico para dizer que as questões ambientais foram amplamente negligenciadas em pesquisas de opinião nos EUA até 1965, quando o tema começou a atrair atenção da política e da mídia. Kingdon (1995, apud Krosnick, 2012) ressalta a relevância da opinião pública na determinação da agenda política de uma nação.

Através da perspectiva do voto econômico multidimensional, pretendemos demonstrar como as questões ambientais podem se colocar como um fator de influência no voto. Estudos anteriores já trouxeram evidências de que este tema seja pouco abordado em campanhas políticas e já apresentaram reflexões sobre o significado de tal ainda restrito uso político do ambientalismo (Mitchell, 1984; Dunlap, 1987; Dunlap, 1991 apud Krosnick, 2012). Desta forma, estudos vem sendo desenvolvidos no sentido de compreender e explicar qual é a influência que as questões ambientais podem exercer no voto e o que torna o eleitor mais aderente a esta pauta quando analisa propostas de governo. (GUBER, 2001).

Guber (2001) utiliza os dados do survey *National Election Study* (NES) de 1996 para examinar o impacto das questões ambientais nas eleições para presidente nos EUA.

Considera em sua análise que em eleições estaduais e locais a questão tende a ser mais defendida enquanto identifica-se limitação dos eleitores em votar em candidatos em nível nacional motivados pelo seu posicionamento ambiental (Lake 1983; Udall 1987 apud Guber, 2001). Os dados coletados pelo NES indicam que as questões ambientais raramente moldam as preferências do voto, sendo preciso identificar os motivos que lateralizam esta questão.

A literatura publicada no campo da ciência política americana descreve pelo menos três possibilidades que justificam a baixa presença do voto motivado pelo ambientalismo: (1) baixa relevância das questões; (2) pequenas diferenças percebidas entre os candidatos em questões da política ambiental; e (3) a tendência de que a preocupação ambiental não se sobreponha em relação questões mais tradicionais do voto multidimensional, como a economia, desemprego e inflação, incluindo, também a identificação partidária (GUBER. 2001).

As campanhas políticas são pautadas por temas que tangem o cotidiano da população. Por exemplo, em eleições municipais em zonas rurais é possível que se encontre candidatos propondo asfaltamento como uma promessa de campanha e, por sua vez, em cidades maiores que se prometa melhorias no transporte público. Isto significa que as campanhas abordam temas que sejam acometidos de uma maneira mais objetiva aos eleitores ou que estejam sendo divulgados pelos veículos de comunicação.

Zaller (1992) traz o agendamento da mídia enquanto explicação para que questões ambientais tenham baixa centralidade na vida das pessoas e restrita influência no voto. Para o autor, o fraco impacto do meio ambiente nas avaliações dos candidatos em 1992, de acordo com os dados do NES de 1991, pode ter sido consequência da relevância de outros temas representados na mídia, como a política externa em torno da Guerra do Golfo Pérsico. A conclusão do autor, é, portanto, a de que as questões que motivam o voto estão atreladas àquelas que estão em voga no momento. Como aconteceu com crise, que a partir dos anos 60 ganha evidência nas pesquisas de opinião pública, na mídia e nas campanhas eleitorais, mediante a sensação de ameaça crescente naquele momento, o meio ambiente poderá vir a gerar um impacto político mais forte se e quando os eleitores se convencerem de que há uma crise ambiental, de forma geral ou pontual, que requer maior consideração dos governantes.

Daniels e Krosnick (2018) explicam que a motivação para o tema meio ambiente não se manifestou de forma linearmente crescente ao longo das últimas décadas nos EUA. Em 1980, a opinião pública demonstrava maior preocupação do que em 1990, mas em

2000 esse nível já era relativamente maior. Os autores buscaram compreender quais elementos interferem na construção da opinião pública sobre o meio ambiente. Vários elementos são considerados: aderência partidária do eleitor, grau de diferenciação entre as propostas ambientais dos partidos e candidatos, prioridades pessoais, tendência da preocupação ambiental não se sobressair a preocupações tradicionais no eleitor como a economia.

Daniels et al. já havia encontrado em estudos anteriores que os partidos americanos não apresentavam plataformas muito distintas entre si quando se tratava de meio ambiente e, desta forma, devido à falta de divergências, o tema não demarcava polarizações e voto. (Daniels et al., 2012) Os achados corroboravam com estudos de Guber (2001), que apontavam que nos EUA de 1960 até 2000 o meio ambiente raramente figurava como uma grande questão eleitoral na medida em que os partidos políticos não disponibilizavam para a população posicionamentos polarizados no Congresso e em campanhas.

Considerando esta similaridade entre as plataformas ambientais dos partidos americanos, Hejny (2018) enfatiza que esta estabilidade foi rompida com as eleições de 2016 quando Donald Trump foi eleito e a posição do partido Republicano demonstrou antipatia à proteção ambiental, adotando uma postura cética quanto às questões relacionadas à sustentabilidade, como as mudanças climáticas, se colocando explicitamente em oposição às políticas ambientais adotadas pelo governo anterior, de Barack Obama. Foi em 2016 que a *League of Conservation Voters (LCV)*² reportou a maior diferença entre os membros do congresso do partido republicano e democratas sobre questões relacionadas ao meio ambiente desde o período que começaram a avaliar o posicionamento dos partidos em relação às políticas ambientais em 1970.

A recente polarização a respeito do tema tem gerado questionamento se o meio ambiente hoje interfere na preferência partidária ou se há o efeito contrário, a preferência partidária interfere no julgamento do meio ambiente. Ou seja, a percepção do eleitor sobre o meio ambiente o orienta na escolha do partido e do voto ou o eleitor considera a pauta do meio ambiente a partir de sua identificação partidária, assim o partido moldaria sua opinião sobre políticas ambientais. Recentemente, percebe-se que a atitude ambiental é estabelecida pela orientação partidária do indivíduo, ao invés do contrário (e.g. Daniels et al., 2012; Guber, 2013; Ansolabehere and Puy, 2018). Assim, o eleitor que não tem uma relação mais próxima com o meio ambiente reconhece que existe diferenças entre os partidos e acomoda sua posição associada à filiação partidária.

De outro modo, quando a proximidade, a motivação pessoal sobre o meio ambiente é mais intensa, ela passa a moldar a escolha partidária. Desta forma, considera-se que tanto a preferência partidária quanto as preferências pessoais são fatores muito relevantes ao tratar do voto ambiental, e que dependem do peso da influência que cada fator tem para os eleitores particularmente, de acordo com t. Carsey and Layman (2006):

“We argue that both party-based issue change and issue-based party change among individuals likely occurs, particularly on issues that clearly divide the parties. When party leaders, candidates, and platforms take distinct stands on these issues, it signals to citizens which views on these issues go with each party. This creates pressure for citizens to bring their party identification and views on these issues closer together. Some citizens will do so by altering their party affiliations, while others may move their issue positions closer to the stands of their party’s leaders and platforms. The key theoretical question is who should change their party identifications and who should change their issue preferences? The answer rests on two individual level factors: awareness of party differences on the issue and the salience of that issue. (p. 472)”

A respeito do último ponto trazido por Daniels e Krosnick (2018), acredita-se que o apoio à proteção ambiental se associa a condições econômicas favoráveis (Elliott, Regens e Seldon 1995). A preocupação com o meio ambiente seria desconsideradas pela opinião pública mediante situação econômica desfavorável e em crise.

Considerando o exposto, a literatura prevê duas condições para que os eleitores mudem suas escolhas partidárias com base nas questões ambientais: quando estão cientes de diferenciação das plataformas partidárias e quando possuem, particularmente, orientações e preferências políticas sobre o meio ambiente. (PALMER, WINHOLD, 2018).

Outro elemento que conduz a opinião pública sobre o meio ambiente são as mudanças ocasionadas por desastres ambientais como foi o caso no Brasil, do rompimento das barragens no município de Mariana-MG. Situações como essa destacam a importância política que o meio ambiente possui, e a necessidade dos governos e candidatos darem uma resposta quando confrontados com casos como este. Além disso, um fator importante no comportamento eleitoral motivado por questões ambientais é a presença de movimentos ambientalistas com apelo social capaz de influenciar a opinião

pública (Mitchell, 1984), da mesma forma que organizações que se opõem ao movimento ambientalista podem surtir o mesmo efeito.

Verifica-se ainda a discussão sobre como as variáveis sociodemográficas influenciam a percepção de importância do meio ambiente. Para Inglehart e Flanagan (1987), pessoas de classe mais alta tendem a demonstrar um nível maior de consideração pelas questões ambientais. A hipótese está estruturada a partir do conceito de pós materialismo. Inglehart e Flanagan (1987) explicam que os fatores econômicos desempenham um papel central nas prioridades da sociedade, tanto em nível político quanto pessoal, e por isto quando há uma diminuição de problemas econômicos atrelados ao consumo, outros fatores começam moldar os interesses e preferências da sociedade, um princípio que pode ser chamado de utilidade marginal decrescente do determinismo econômico (*diminishing marginal utility of economic determinism*). Em outras palavras, Inglehart e Flanagan (1987) argumentam que quando os países e as pessoas se tornam mais ricos e conseqüentemente as pessoas contam com mais segurança material, aumenta a tendência de se votar de acordo com elementos pós materialistas, como aqueles relacionados com o meio ambiente, pois suas necessidades materiais estão supridas. Além disto, há uma evidência empírica de que a preocupação ambiental também esteja atrelada a uma clivagem de idade, que sugere que gerações mais jovens são orientadas por princípios pós materialistas quando comparados com a postura de gerações mais velhas (e.g. Booth, 2017).

Sendo assim, a partir da literatura do voto econômico de uma perspectiva multidimensional, buscamos analisar a relevância da política ambiental nas eleições. A partir da discussão teórica apresentada identificamos alguns elementos que podem influenciar o efeito do meio ambiente no comportamento eleitoral, com base nisto iremos desenvolver e testar as hipóteses deste trabalho.

CAPÍTULO II: METODOLOGIA

2.1. Metodologia utilizada

O objetivo deste trabalho foi identificar o peso do Programa Conservador das Águas na reeleição para prefeitura em Extrema MG. A partir dos elementos identificados pela revisão da literatura sobre o peso de políticas ambientais na opinião pública e os fatores que influenciam o comportamento eleitoral, podemos elaborar as hipóteses que buscamos testar sobre este tema:

Hipótese 1: Pode-se esperar mais impacto do PSA – Conservador de Águas na avaliação do mandatário e no voto entre os beneficiários do programa do que entre os que não são beneficiários. Tal hipótese nasce dos achados de estudos anteriores que apontam que a relevância da questão do meio ambiente para o eleitor é uma das razões para a variação do efeito desta política na decisão do voto.

Hipótese 2: Pode-se esperar que aspectos outros como saúde, educação, emprego impactem mais na decisão do voto do eleitor do que o meio ambiente e PSA. Tal hipótese nasce dos achados de estudos anteriores que apontam para a tendência de que a preocupação ambiental não se sobreponha a questões do meio ambiente.

Hipótese 3: Pode-se esperar a aceitação do PSA e seu impacto na avaliação do mandatário e no voto não se alterem em condições mais desfavoráveis da economia. Esta hipótese nasce do que é apresentado pela literatura onde o apoio à proteção ambiental se associa a condições econômicas favoráveis, assim a preocupação com o meio ambiente é tradicionalmente uma das primeiras coisas a serem desconsideradas pela opinião pública quando a situação econômica de um país está desfavorável e em crise. Como o PSA é um instrumento de geração de renda pró preservação ambiental, esta lógica poderia ser invertida, e em um cenário de crise econômica ainda permaneceria como uma política importante.

Hipótese 4: Existe uma elasticidade na adesão ao projeto a depender da presença de movimentos ambientalistas com apelo social capaz de influenciar a opinião pública. Esta

percepção também nasce do elemento da discussão teórica que mobiliza o argumento de que movimentos sociais, ONGs ou ações voltadas para a conscientização do tema possuem poder de influência na relevância do tema na sociedade.

Para testarmos as hipóteses acima, foram realizadas entrevistas em profundidade com 12 cidadãos de Extrema-MG, sendo 03 beneficiários do Projeto Conservador das Águas e com o Secretário de Meio ambiente, que está na pasta desde as fases de elaboração, implementação, desenvolvimento, e até o momento atual desta pesquisa. A escolha por entrevistar beneficiários e não beneficiários do Conservador das Águas se deu para que fosse possível mapear de forma mais abrangente o comportamento de eleitores que lidam diretamente com o efeito da política ambiental e daqueles que embora inseridos em um contexto onde há uma política pública ambiental muito forte, não estão sob seu impacto direto. Em relação ao número de 12 entrevistas por profundidade esta definição foi feita com base no trabalho de Robert Lane, *Political Ideology* (ano) [detalhar o trabalho]. As entrevistas foram realizadas entre julho e setembro de 2020, momento em que o Brasil passava por medidas mais restritivas de isolamento social devido a pandemia do COVID-19, desta forma, foram realizadas por meio de vídeos chamadas ou chamadas telefônicas. Os entrevistados foram recrutados através de redes sociais como o Instagram e posteriormente utilizamos o procedimento bola de neve para chegar a mais pessoas, de acordo com a representatividade de gênero e idade entre os 12 entrevistados.

A entrevista em profundidade, método escolhido para esta pesquisa, se utiliza de perguntas abertas definidas previamente por um roteiro semi-estruturado produzido de maneira a obter informações do eleitor. As entrevistas conseguem, desta forma, apreender elementos fundamentais sobre o que as pessoas acreditam, percebem e desejam para o cenário político em que estão inseridos em seu município. A sua adoção neste trabalho nos permitiu identificar como as questões do cotidiano, como a avaliação dos serviços públicos e, mais especificamente, da política ambiental da prefeitura vêm sendo sentidas e como influenciam a aprovação do prefeito e de seu grupo.

A pesquisa em profundidade pode ser aplicada de duas formas, em formato estruturado, que são aquelas se seguem estritamente o que é estabelecido pelo roteiro, restringindo as possibilidades de aprofundamento e abordagens variadas do objetivo que está sendo investigado, ou aquelas semiestruturadas, onde o roteiro pode ser mais flexível e a entrevista segue em um sentido mais orientado ao diálogo e aos aspectos mais relevantes individualmente para cada entrevistado da pesquisa. Neste trabalho, utilizamos um roteiro semiestruturado, onde o entrevistado tinha espaço para expor suas percepções do governo municipal de Extrema a partir de uma orientação que lhe era dada pelo roteiro

que foi elaborado. A investigação foi realizada a partir da argumentação dos entrevistados, e os elementos que traziam e que colaboraram para identificarmos as associações e percepções do eleitor sobre a política ambiental.

Este trabalho se caracteriza como um estudo exploratório sobre um município de pequeno porte onde não há o costume de realização de pesquisas de opinião para divulgação por parte dos grandes institutos que tradicionalmente disponibilizam base de dados para pesquisas acadêmicas. Não encontramos pesquisas de opinião sobre Extrema (MG) disponíveis nos grandes centros e reservatórios de pesquisa de opinião. Desta forma, o estudo qualitativo de caráter exploratório foi o utilizado.

Os entrevistados foram escolhidos com base nos seguintes critérios: idade (mínimo de 18 anos), gênero (homens e mulheres) e todos deveriam ser eleitores do município. As entrevistas tiveram duração de duas horas aproximadamente e foram realizadas por chamadas de vídeos (zoom, skype e hangout) devido à ocorrência da pandemia de COVID-19, que se deu durante a realização desta pesquisa. Utilizamos o recrutamento bola de neve, muito utilizado na pesquisa qualitativa. O objetivo inicial era de recrutar as pessoas aleatoriamente em visita ao município.

O recrutamento bola de neve é o mais comum em pesquisas qualitativas (GONDIM, VEIGA, 2001). Para tornar o fluxo das entrevistas mais fluido e por razões de conveniência, os participantes iniciais das entrevistas, que foram recrutados aleatoriamente através da rede social do Instagram, sugeriam outros participantes para serem entrevistados. As entrevistas foram gravadas e, posteriormente, transcritas. As transcrições foram submetidas a processo de categorização e sistematização dos dados para a análise.

Para a realização da entrevista foram utilizados dois roteiros, um para os eleitores (anexo 1) e outro para o Secretário de Meio Ambiente do município (anexo 2). O roteiro para os eleitores era dividido em três partes, além da apresentação inicial que foi feita da entrevistadora:

I) Como é morar em Extrema? Nesta parte questionamos o entrevistado sobre a percepção que tinha do município, sobre as condições de vida, as principais mudanças que percebiam ao longo do tempo e a satisfação com os serviços públicos.

II) Avaliação da Administração atual: O objetivo era identificar a percepção que o entrevistado tinha da administração da prefeitura, a fim de compreender a avaliação que faziam do governo e a satisfação com as políticas públicas. Neste ponto, buscamos entender quais eram os problemas do município, assim como os destaques e pontos positivos, deixando que o entrevistado falasse espontaneamente sobre suas percepções.

III) *Meio Ambiente e o Conservador das Águas*: Na última parte da entrevista, investigamos objetivamente a percepção do entrevistado em relação as políticas ambientais do município, no sentido de identificar se o projeto Conservador das Águas seria citado como uma das medidas relevantes, e se pesavam na avaliação que faziam da administração da prefeitura.

IV) *Eleições*: Na última parte, buscamos identificar se o comportamento eleitoral dos entrevistados foi influenciado ou não pelo Conservador das Águas.

No roteiro (anexo 2) que utilizamos para entrevistar o secretário, buscamos entender como a prefeitura realiza a divulgação do projeto, principalmente em momentos de campanha eleitoral, qual era o alcance do projeto para população, considerações sobre o impacto que ele percebia na avaliação do prefeito, ganhos, perdas e o impacto direto.

A seguir, apresentamos a relação dos entrevistados (tabela 1) e a relação detalhada (tabela 2):

Quadro 1: Perfil dos entrevistados

Local de moradia	Sexo	Idade	Voto na última eleição	Condições
Extrema - MG	Misto (50% homens 50% mulheres)	De 20 a 70 anos (média 49,5)	66,6% - João Batista 16,6% - Não informaram 8,3% - Não votou em João Batista	Eleitores do município.

Fonte: A autora.

Quadro 2: Entrevistados

SEXO	ESCOLARIDADE	IDADE	PROFISSÃO	BENEFICIÁRIO
Mulher	superior incompleto/ensino médio	20	estudante e funcionária da prefeitura.	Sim
Mulher	superior completo	57	Arquiteta	Não
Mulher	não informou	70	Dona de casa	Sim
Mulher	pós graduação completa	65	Professora	Não
Mulher	superior incompleto/ensino médio	39	Dona de casa	Não
Mulher	superior incompleto/ ensino médio	68	Costureira	Não
Homem	superior completo	55	Proprietário de uma escola de inglês.	Não
Homem	superior completo	55	Gerente de estúdio de aulas EAD	Não
Homem	não informou	70	produtor rural	Sim
Homem	superior completo	40	Engenheiro	Não
Homem	superior incompleto/ ensino médio	33	Cozinheiro	Não
Homem	superior completo	55	Contador	Não

Fonte: A autora.

CAPÍTULO III: O PAGAMENTO POR SERVIÇOS AMBIENTAIS E O PROJETO CONSERVADOR DAS ÁGUAS

Nesta parte, tem-se a apresentação do Pagamento por Serviços ambientais, começando com a conceituação sobre este instrumento econômico e trazendo para o Projeto Conservador das Águas em Extrema-MG.

3.1. A definição de Pagamento por Serviços Ambientais

Para tornar o entendimento sobre Pagamento por Serviços Ambientais, ainda pouco explorado pela ciência política, mais completo, iremos dedicar esta seção do trabalho para conceituar e explicar as origens, o escopo e como funciona este instrumento econômico, assim como qual é o arcabouço legal das políticas públicas de PSA no Brasil. É importante ressaltar que diversos países já utilizam o PSA como mecanismo de preservação ambiental, o que contribui para fortalecer o perfil promissor deste instrumento como alternativa nas discussões internacionais sobre desenvolvimento sustentável, mudanças climáticas e outras grandes questões ambientais.

A discussão sobre o pagamento por serviços ambientais surge a partir da percepção crescente pela sociedade, baseada nas informações repassadas por dados científicos assim como dos crescentes movimentos pró-ambientalistas em todo o mundo, que alertam e conscientizam a população sobre os problemas ambientais. O ponto de partida seria, portanto, a constatação de que durante um longo tempo a humanidade e o desenvolvimento contam com esses serviços, que iremos definir mais adiante, de forma gratuita, e por isto, o seu valor nunca fora compreendido na contabilidade das ações empreendidas. Sendo assim, a era dos serviços gratuitos estaria no fim (Heal, 2000, apud, Veiga, 2008).

Considerando os dados a respeito das condições ambientais no mundo e o efeito do crescimento econômico sobre a qualidade ambiental, a cada dia o entendimento de que a sustentabilidade deve guiar o desenvolvimento vem crescendo e nas últimas décadas podemos perceber que estes problemas têm tido um papel mais relevante das decisões tanto governamentais quanto empresariais. É seguro, hoje, afirmar que o mundo está mais consciente do meio ambiente e mais sensível as consequências dos danos ambientais. O que se percebe é um *trade-off* entre qualidade ambiental e desenvolvimento econômico, e a busca por soluções é um elemento constante que permeia qualquer discussão sobre

desenvolvimento nos tempos atuais. Encontrar soluções para os danos ambientais depende, portanto da identificação das causas e quais medidas podem conter estes danos.

Neste contexto, o pagamento por serviços ambientais vem do entendimento de que os serviços prestados pela natureza, muitas vezes desconsiderados de acordo com a Teoria das Externalidades, devem ser remunerados.

A Teoria das Externalidades é oriunda da escola econômica neoclássica, e para ela, o fato dos serviços ambientais terem se mantido de fora do mercado foi devido ao descolamento entre os custos ou benefícios privados dos custos ou benefícios sociais. Ou seja, quando os atores econômicos buscam maximizar seus ganhos, eles consequentemente maximizam os ganhos sociais. Quando isto não ocorre há um custo de externalidade, ou seja, quando um agente causa uma perda (ou um ganho) de bem estar em outro agente e esta perda (ou ganho) não é compensado (VEIGA, 2008, p. 16). Através deste contexto, seria necessário que as políticas ambientais internalizasse estes efeitos externos, incorporando mecanismos que em tese, poderiam remunerar os custos sociais das ações empreendidas

A partir desta ótica, deveria haver uma compensação pelos serviços ambientais devido aos benefícios que geram. A polinização dos insetos, o ciclo da água, entre outras ações ambientais geram benefícios ao desenvolvimento que não calculados, porém sua ausência repercute em condições ambientais que geram problemas ou dificuldades tanto ao desenvolvimento quanto para a qualidade de vida. Nesse sentido a água é um ativo inestimável, por ser tão fundamental para a manutenção da vida. A ideia é, portanto, corrigir as diferenças entre os custos privados e sociais através de medidas.

Embora haja um intenso debate sobre a remuneração por serviços ambientais, não é objetivo deste pesquisa desenvolver a abordagem crítica ao PSA. No entanto há diversos obstáculos colocados para essa lógica, como por exemplo, o fato de serviços ambientais estarem colocados como bens públicos, e neste sistema econômico é preciso considerar os aspectos que possuem de direitos de propriedade.

Sendo assim, esse entendimento vem da lógica de que a floresta em pé tem um alto valor, maior do que a floresta derrubada, pois presta serviços à sociedade como a produção de oxigênio, produção e proteção de recursos hídricos, controle do clima, entre outros. Todas essas ações são medidas que garantem a manutenção da vida e seus processos. A ideia básica do PSA é remunerar quem, direta ou indiretamente preserva o meio ambiente e o serviço ambiental prestado. Isto significa uma compensação financeira, ou por outros meios, a aqueles que ajudam a conservar ou produzir serviços

ambientais mediante a adoção de práticas, técnicas ou sistemas de preservação e manutenção da qualidade do serviço ambiental. Apesar de relativamente novo, este mercado já consolidou algumas experiências em diversos países.

Os primeiros programas identificados no mundo que utilizavam o PSA foram na Colômbia por volta de 1990, e promoviam a compensação de serviços ambientais no Vale do Rio Cauca, entre os proprietários das nascentes e plantadores de cana-de-açúcar. No entanto, foi a Costa Rica que foi o local considerado o difusor e referência da utilização de mecanismos econômicos para a preservação e melhoria da qualidade dos serviços ambientais. Ao implementar a Lei Florestal nº 7.575/ 1996 que criava a Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais o país, que detinha os mais altos índices de desmatamento do mundo, conseguiu reduzir os números através do incentivo a preservação (PAGIOLA, 2008), onde os proprietários rurais recebiam por prestarem serviços ambientais como: reflorestamento, manejo florestal sustentável, a conservação florestal e a implantação de sistemas agroflorestais (ZBINDER; LEE, 2005; PAGIOLA, 2008).

Além da Costa Rica, o mecanismo se estendeu por vários outros países (PAGIOLA et al., 2013), onde os governos criaram legislação específica para institucionalizar o pagamento por serviços ambientais como mecanismo de preservação e sustentabilidade, como é o caso do que acontece em países da América Latina como no México e Equador, mas também nos Estados Unidos, que tem como foco a conservação da água, sequestro de carbono e manutenção da biodiversidade. Em relatório lançado por Bennett et al. (2013) eram identificados em 2011 mais de 205 programas de PSA ativos em todo o mundo, correspondente a uma área de 117 milhões de hectares.

No Brasil, o primeiro projeto de Pagamento por Serviços Ambientais municipal foi o Conservador de Águas em Extrema-MG, que se encontra na categoria de PSA-hídrico e criado em 2005, através da Lei Municipal nº 2.100. Este projeto recompensa financeiramente o produtor rural que adere ao projeto e preserva seus recursos naturais. Neste ponto, é importante entendermos o percurso que tornou possível a criação do projeto no município de Extrema, assim como o arcabouço legal federal traz os instrumentos econômicos e financeiros como alternativas para realização de atividades sustentáveis na lei florestal nº 12.651/2012 que iremos abordar mais adiante.

Para que seja possível compreender o Pagamento por Serviços Ambientais é fundamental definir, afinal, o que são os serviços ambientais, também chamados por alguns autores de serviços ecossistêmicos. Poderíamos dizer que são aqueles serviços

responsáveis pela infraestrutura necessária para o estabelecimento da vida humana. Sendo assim, é importante fazer a distinção entre os serviços ecossistêmicos e os produtos ecossistêmicos.

Os produtos ecossistêmicos são aqueles que adquirimos materialmente da natureza, como os alimentos, a madeira, sementes, entre outros, e que são produzidos através dos serviços ecossistêmicos.

Os serviços ambientais são considerados uma modalidade dos serviços ecossistêmicos e acordo com Daily (1997), os serviços ecossistêmicos são aqueles prestados pelos ecossistemas naturais e as espécies que os compõem, na sustentação e preenchimento das condições da vida humana na terra.

Sobre o conceito de serviços ecossistêmicos, Fisher et al. (2009) considera que se dividam em três as principais definições, 1) as condições e processos pelos quais os ecossistemas e as espécies que os formam sustentam e permitem a continuidade da vida; 2) os benefícios que a população obtém, direta e indiretamente, das funções dos ecossistemas; e 3) os benefícios que as pessoas obtêm dos ecossistemas.

Entre o período de 2001 e 2005, foi realizada uma ampla pesquisa sobre as mudanças ambientais de diversos ecossistemas mundiais pelo trabalho chamado *Millenium Ecosystem Assessment* (2005), com o apoio da ONU. Este trabalho é considerado o mais importante sobre a avaliação dos impactos das mudanças nos ecossistemas, e nele foi concluído que 60% dos ecossistemas do mundo têm sido utilizados de maneira não sustentável. Este trabalho caracteriza os serviços ecossistêmicos como “os benefícios que as pessoas obtêm dos ecossistemas” e os dividiu em:

- a) Serviços de Provisão: Alimentos, fibras, combustíveis, materiais biológicos, madeira, esterco, recursos genéticos, substâncias bioquímicas para medicamentos, água.
- b) Serviços de regulação: manutenção da qualidade do ar, regulação do clima, regulação da água e prevenção de enchentes, controle de erosão, purificação e tratamento da água, regulação em doenças, controle biológico e polinização.
- c) Serviços culturais: diversidade cultural, valor espiritual e de religiões, educação, inspiração, benefícios recreativos e ecoturismo.

d) Serviços de suportes: São aqueles serviços necessários para produzir todos os outros serviços ecossistêmicos, como fotossíntese, controle da erosão do solo, produção de oxigênio.

No Brasil, o projeto de lei 315/2015 que recentemente deu prosseguimento a implementação da Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais no país, considera os serviços ecossistêmicos de acordo com a definição do Millenium Ecosystem Assessment no art. 2º, II:

“II – serviços ecossistêmicos: benefícios relevantes para a sociedade gerados pelos ecossistemas, em termos de manutenção, recuperação ou melhoria das condições ambientais, nas seguintes modalidades:

a) serviços de provisão; b) serviços de suporte; c) serviços de regulação; d) serviços culturais.

O mesmo PL também se define os serviços ambientais: “ III – serviços ambientais: iniciativas individuais ou coletivas que podem favorecer a manutenção, a recuperação ou a melhoria dos serviços ecossistêmicos.”

O Pagamento por Serviços Ambientais é referente dos serviços ecossistêmicos, ou seja, aqueles serviços prestados pela natureza e as espécies que a compõem, sendo não materiais, que sustentam a natureza e que são considerados de maior dificuldade de substituição como: a purificação do ar, os ciclos das chuvas, polinização das plantas, fertilidade e recomposição do solo, a proteção da camada de ozônio que nos protege dos raios ultravioletas, entre outros diversos serviços, que dependem exclusivamente da manutenção da qualidade ambiental global e que sem eles a vida não poderia ser possível.

Sendo assim, o pagamento por serviços ambientais pode ser definido como uma transação contratual voluntária, típica da utilização de instrumentos econômicos, entre um pagador, beneficiário ou usuário de serviços ambientais a um provedor ou fornecedor de serviços ambientais de alguma forma de remuneração, de acordo com as condições do contrato e disposições legais. Ou seja, em virtude de alguma atividade de conservação, proteção ou recuperação de um serviço ambiental definido (reflorestamento, cuidado com minas d'água, crédito de carbono, compensação ambiental, entre outros) o fornecedor receberá algum benefício em troca desta prática e cuidado com a provisão do serviço

ambiental. Como já definido sobre os serviços ambientais, ou ecossistêmicos, esses serviços incluem fatores que se relacionam com a regulação do clima, manutenção de fertilidade e controle da erosão dos solos, o cuidado com minas d'água e provimento de água, a proteção da biodiversidade, a beleza cênica.

Este incentivo econômico do usuário/pagador ao provedor de serviços ambientais pode ocorrer de diversas formas, sendo o estímulo financeiro ou não. É possível usar incentivos como isenção de impostos, facilidade para adquirir crédito agrícola, disponibilização de tecnologia e capacitação, educação ambiental, entre outros.

É importante salientar que o PSA não tem um caráter assistencialista e não representa uma bonificação ao proprietário por cumprir as limitações de exploração definidas por lei. Embora o pagamento colabore na melhora da qualidade de vida de trabalhadores rurais, comunidades tradicionais ou qualquer outro agente que dependa economicamente do uso e exploração de recursos naturais, o incentivo está atrelado a melhoria e manutenção de um serviço ambiental. O que este conceito traz de novo é a ideia de beneficiários e produtores de serviços ambientais se coloquem como agentes estratégicos na manutenção da qualidade destes serviços. Desta forma, os beneficiários pagam aos produtores, de acordo com o regimento de um contrato, para que estes adotem práticas que garantam a conservação ou a restauração dos ecossistemas em pauta (Wunder, 2005). No caso de Extrema-MG, o ecossistema relativo à água.

Vale ressaltar que o produtor rural tem uma relevância central no desenvolvimento do PSA: atualmente são essas propriedades que possuem cobertura vegetal capaz de gerar serviços ambientais. A questão é que o produtor rural encontra diversas dificuldades na manutenção da qualidade ambiental de sua propriedade, como: falta de informação, difícil acesso à tecnologia e distância dos centros urbanos (onde tem mais opção de inseticidas orgânicos e comércios diversos), falta de mão de obra, falta de assistência técnica, localidade de difícil acesso, entre outras questões.

Embora não haja ainda, uma Política Nacional de PSA, existe um arcabouço normativo que prevê a utilização de instrumentos econômicos para a preservação ambiental, como é o caso da Política Nacional de Recursos Hídricos (Brasil, 1997) e o Código Florestal (Brasil, 2012).

Por fim, após esta conceituação sobre o Pagamento por Serviços Ambientais, podemos compreender que tradicionalmente foi utilizado o instrumento de comando e controle no gerenciamento dos recursos ambientais no país, desta forma, outro aspecto inovador do PSA é que ele reverte a essa lógica, por ser um instrumento de incentivo econômico, onde ao invés de alterar as práticas ambientais fundamentada na penalização, recompensa ao produtor quando este adota práticas de conservação.

Sendo assim, podemos considerar que há uma tendência de crescimento na utilização de instrumentos econômicos, causada pela percepção dos formuladores das políticas que os instrumentos de comando e controle não são suficientes ou mesmo eficientes em manter as obrigações ambientais determinadas na legislação (VEIGA, 2008).

3.2. O estado da arte do PSA no Brasil

Segundo Santos (2012), o conceito de PSA vem sendo discutido no Brasil desde o programa Proambiente (2000), uma experiência do mecanismo inicial no país. A partir deste programa, diversos projetos de lei foram propostos com a finalidade de se criar um arcabouço legal a fim de implementar o PSA.

É importante salientar que nos últimos 20 anos foram aprovadas diversas leis relativas ao meio ambiente, e em um cenário onde não só o poder público era atuante, mas muitas entidades da sociedade civil, do setor empresarial, categorias profissionais, organizações ambientalistas participavam do processo de construção dessas políticas, como é o caso do PSA. O poder público estadual e municipal são os entes que mais elaboram políticas de pagamento por serviços ambientais através da elaboração e aprovação de leis e pela regulamentação por decretos, e assim cria mecanismos de funcionamento, financiamento e controle para implementar o mecanismo de PSA-água.

Um dos aspectos mais importantes para a efetividade e segurança jurídica de uma política pública é a sua estruturação por meio de uma base legal bem estabelecida de seu detalhamento e estrutura, como a valoração do pagamento, critério para distribuição de recursos, fonte do orçamento, parcerias que podem ser feitas, entre outros.

3.2.1. O Código Florestal

A lei de Proteção da Vegetação Nativa (Lei nº 12.651/ 2012), também conhecida como Código Florestal considerou, mesmo que de forma superficial, o estabelecimento de políticas públicas de PSA em seu artigo 41, que autoriza o poder público a instituir programas de PSA como forma de incentivar a conservação do meio ambiente.

Devido o PSA não ter sido um tema de grande apreciação no conflituoso processo de votação do código, coube a discussão e elaboração de leis específicas que tratem do assunto, com foco nos agentes municipais. A regulamentação do PSA, com base nesse artigo de lei, esteve em processo de votação durante o desenvolvimento deste trabalho. Por isto, também, os Estados e Municípios desenvolvem legislações em seu âmbito para poderem implementar o uso do PSA em seus territórios, com recursos próprios ou privados.

Um importante trabalho que retrata a forma como os deputados reagiram ao tema PSA é a tese de Suely Araújo (2013), onde a autora faz um estudo sobre a votação do código florestal e como os subsistemas dos atores lidavam com temas referentes a política ambiental, sendo um deles o PSA. De acordo com a pesquisa de Araújo (2013), a utilização dos instrumentos econômicos na política ambiental encontrava algumas dificuldades, pois o que se percebia era uma resistência a mudanças por parte dos deputados em aderirem a outra forma de gestão do meio ambiente que fosse diferente do que historicamente e usualmente se utiliza, que é o comando e controle. Além disso outro fator limitante foi a equipe econômica do governo federal, que não participou da construção e é peça chave por ser a responsável pela tomada de importantes decisões sobre questões orçamentárias.

Embora este cenário nebuloso, o PSA vem ganhando expressão desde o Código Florestal, e dificilmente alguém se manifesta contrário à ideia, mesmo que ainda haja dúvidas sobre o instrumento ser uma bonificação pelo cumprimento da legislação ambiental.

3.2.2. A Lei 315/ 2015

Um importante passo na construção institucional desses mercados no Brasil foi dado em setembro de 2019 sobre o projeto de lei que tramita na Casa há pelo menos 12 anos. Em 2019, após as queimadas na Amazônia no Brasil³, o Congresso retomou discussões sobre alguns temas ambientais, sendo um deles a lei federal que regulamenta o PSA. A retomada a estes assuntos pelo Congresso, é um exemplo da importância e relevância que o tema do meio ambiente vem ganhando.

A lei institui a Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) e foi aprovada com ampla maioria, contrastando com o que ocorreu com o tema durante a elaboração do Código Florestal, onde os deputados evitavam adensar o tema (Araújo, 2013). A autoria do PL é dos deputados Rubens Bueno (CIDADANIA-PR) e Arnaldo Jordy (PPS-PA), e a lei disciplina a atuação do poder público, as organizações da sociedade civil e dos agentes privados na conservação do meio ambiente através do PSA.

Sua votação envolveu o Ministério do Meio Ambiente, Ministério da Agricultura, Frente Parlamentar do Agronegócio, Confederação Nacional da Agropecuária, ONGs, Ambientalistas e Comunidades Tradicionais, o que demonstra um cenário atípico pois há uma tradição de intenso conflito em votações de matéria ambiental devido a estes agentes terem muitos posicionamentos divergentes entre si.

O PSOL foi único partido que votou contrário ao projeto de lei. Em entrevista ao Congresso em Foco, o deputado Camilo Capiberipe (PSB-AP), alerta a uma importante questão referente ao contexto em que o Brasil se encontra, que é a crise ambiental devido a recentes acontecimentos, sendo o principal as queimadas e desmatamentos na Amazônia, que refletem uma intensa pressão internacional no país. Este contexto seria importante a se considerar a fim de compreender as razões que influenciaram a aprovação ter tido tamanha aderência dos deputados. Segundo o parlamentar “poderia ter sido aprovado, mas tenho certeza teria dado muito mais trabalho e não teria tido esse grau de convergência se não houvesse essa pressão externa, internacional e nacional da sociedade por respostas para questão ambiental”.

3.3. O Projeto Conservador das Águas

O projeto Conservador das Águas é a principal iniciativa da cidade relacionada à preservação ambiental. Extrema (MG) tem uma população de aproximadamente 30.000 habitantes e é localizado próximo a São Paulo. O Produto Interno Bruto (PIB) municipal foi de R\$ 5,1 bilhões em 2015; sendo o PIB per capita de R\$ 153,7 mil (IBGE, 2019). O setor industrial representa 31% do Valor Adicionado Bruto (VAB), ainda de acordo com o IBGE, de 2019. Isto indica a relevância que o setor industrial possui no município, embora verifique-se também a zona rural, onde estão localizadas as propriedades que participam do Conservador das Águas. A principal atividade agrícola é a pecuária bovina (IBGE, 2019), marcada pela necessidade de desmatamento para que o gado possa se estabelecer. O objetivo do projeto, ao ser elaborado, foi o de incentivar a recuperação da qualidade ambiental na área rural e dos recursos hídricos (Extrema, 2005). O município tem o 2º Produto Interno Bruto (PIB) per capita de Minas Gerais, é a cidade que mais cresceu no estado.

Este é o primeiro programa de Pagamento por Serviços Ambientais municipal do Brasil baseado no conceito de provedor-recebedor, sendo pioneiro no país (Guedes & Seehusen, 2011; Pacheco et al., 2017; Pagiola et al., 2013) e vem compensando, desde sua inauguração em 2005, financeiramente os produtores rurais que participam do projeto e praticam ações ligadas à restauração e à conservação florestal, à conservação do solo e ao saneamento rural em suas propriedades. O projeto tem como objetivo manter a qualidade dos mananciais em Extrema e promover a adequação das propriedades rurais. Sua relevância é notória, sendo um programa que possui amplo reconhecimento, prêmios internacionais e impacto ambiental, sendo comparado a um projeto também muito bem sucedido nas bacias de Croton, Catskill e Delaware de Nova York, que também é um projeto de PSA- Água.

O projeto foi implementado em 2005, através da Lei Municipal nº 2.100, e o seu Decreto no 2.409/10 e conta com o apoio de diversas entidades, obtendo repercussão nacional, por ser o primeiro projeto de adequação de propriedades rurais utilizando o PSA. As despesas com a execução do projeto, acordo definido pela Lei própria, ocorrerão com verbas próprias consignadas no orçamento municipal em vigor e viabiliza, também, a possibilidade de firmar convênios com entidades governamentais e do terceiro setor possibilitando tanto o apoio técnico, como financeiro ao Projeto, o que na prática facilitou

sobremaneira a construção de parcerias para o Projeto. O produtor rural que adere ao projeto, estabelece um contrato de quatro anos com a prefeitura (Extrema, 2005, 2006, 2010), onde se compromete a restaurar e preservar a mata com a finalidade de melhorar a disponibilidade de água nas minas em suas propriedades. O pagamento é realizado após a produção de um relatório técnico mensal que mede e analisa a qualidade dos serviços ambientais dispostos em cada propriedade (Pereira et al., 2016).

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente é a responsável por esta política e define as diretrizes e metas a serem atingidas, de acordo com cada propriedade. Através de um diagnóstico ambiental de todo o município, um sistema de informações geográficas baseado em imagens de satélite identifica as propriedades rurais, seus respectivos uso do solo e assim, define o valor que será pago para cada produtor rural. Neste ponto, vale a pena ressaltar que de acordo com Garcia e Romeiro (2019) ainda há a ausência de estudos que façam avaliações críticas sobre sua estrutura de financiamento.

Extrema é um dos quatro municípios de Minas Gerais que fazem parte da Bacia PCJ, e um dos principais contribuintes do Sistema Cantareira, que abastece região metropolitana de São Paulo. O município possui uma área rural extensa, embora devido ao desenvolvimento econômico atualmente conte com várias empresas e uma economia fortalecida e elevado índice de crescimento populacional. Podemos perceber que há as condições ambientais para o desenvolvimento de políticas sustentáveis no município, porém, como iremos abordar mais adiante, a presença de ONGs, Comitê das Bacias, e uma Secretaria de Meio Ambiente bem estruturada foram elementos fundamentais para o desenvolvimento do Conservador das Águas no município.

A ideia do projeto surgiu através da identificação da necessidade da adequação ambiental da propriedade rural em 1996, com o projeto “Recuperar e Preservar a Quantidade e Qualidade das Águas dos Mananciais de Consumo e Desenvolvimento do Médio Sapucaí”, com apoio do Ministério do Meio Ambiente (MMA). Após esta ação, surgiu a necessidade de desenvolver uma alternativa ambiental mais forte que pudesse subsidiar a adequação ambiental nas propriedades rurais. Neste sentido, foi desenvolvido o Projeto “Água é Vida - Manejo e Monitoramento em Sub-bacias Hidrográficas”, com o objetivo de realizar um diagnóstico ambiental, vencedor do Prêmio Minas Ecologia de 2002, na categoria Prefeitura Municipal, concedido pela Associação Mineira de Defesa do Ambiente (AMDA) e pelo Unicentro Newton Paiva; obteve também o Prêmio Minas Ecologia de 2001 e 2003, na categoria Prefeitura Municipal concedido pela parceria entre a Associação Mineira de Defesa do Meio Ambiente (AMDA), uma das mais conceituadas

ONGs ambientais do estado, e Unicentro Newton Paiva. Estas premiações contribuíram para fortalecer a ideia de recuperação ambiental que pairava pela administração do município, que acabou por aderir a uma medida de contraste com o comando e controle, buscando alcançar a adequação ambiental diretamente com os próprios proprietários. Desta forma, a partir da convergência entre as instituições que apoiaram e o conhecimento técnico acumulado do projeto anterior, criou-se condições para o desenvolvimento do Conservador das Águas.

A estruturação do Conservador das Águas se deu graças a presença de diversos atores que construíram e desenvolveram a ideia. De acordo com Veiga (2008), dado o caráter inovador do projeto várias instituições interessadas em apoiar ações concretas de PSA, acabaram tornando-se parceiras. Estas instituições estavam tanto no nível federal (ANA), estadual (IEF-MG), no nível da Bacia (Comitê PCJ), no setor privado, grande usuário (SABESP), quanto também nas ONGs focadas em conservação da biodiversidade (TNC e SOS-Mata Atlântica). Estas instituições representam atores fundamentais no processo de desenvolvimento da política de PSA no município, o estado encontra diversos desafios no que tange o desenvolvimento e o planejamento de políticas públicas. De acordo com Veiga, desempenhavam as seguintes funções:

Prefeitura Municipal de Extrema	Pagamento por Serviços Ambientais, mapeamento das propriedades, assistência técnica e gerenciamento do projeto.
Instituto Estadual de Florestas (IEF-MG)	Financiamento dos insumos (cercas, adubos, calcário, herbicidas); apoio no processo de comando e controle e averbação das Reservas Legais das propriedades rurais
SABESP	Monitoramento da água e fornecimento de mudas
ANA	Apoio às ações de conservação do solo e monitoramento de água (instalação de uma estação de monitoramento quali-quantitativo)
TNC	Financiamento às ações de plantio, manutenção e cercamento das áreas (mão de obra e alguns insumos)

SOS Mata Atlântica	Fornecimento de mudas
Comitê PCJ	Apoio às ações de conservação do solo

FONTE: Veiga, F. Construção dos Mercados de Serviços Ambientais e suas Implicações para o Desenvolvimento Sustentável no Brasil, p. 170.

Sobre este aspecto, é importante ressaltar que a estrutura formada, demonstrada acima, para a execução do Conservador das Águas foi fundamental em seu desenvolvimento. Não só isto, a presença do Comitê de Bacia, que garante a legalidade necessária para a evolução do mercado, pois estabelece a relação entre o produtor rural e a Agência de bacia além de ser um espaço para discussão e desenvolvimento dos projetos de política pública de PSA-Água. De acordo com a Lei dos Recursos Hídricos no Brasil (lei nº 9433) a cobrança pelo uso da água deve ser estendida aos principais usuários e a coleta e p gerenciamento desses recursos são de responsabilidade dos comitês, os quais devem ser formados em cada bacia hidrográfica e devem ser usados para a melhoria e proteção das bacias em que atuam. A partir dessa estrutura, em 2002 foi discutida a criação do Comitê Federal das Bacias dos Rios Piracicaba Capivari e Jundiá (PCJ). Os comitês, portanto, fazem o financiamento de projetos executivos através dos recursos da cobrança pelo uso da água.

De acordo com documento publicado pela Prefeitura Municipal de Extrema em 2016, “PROJETO CONSERVADOR DAS ÁGUAS” o projeto foi dividido em quatro etapas (PEREIRA, P.; CORTEZ, B.; OMURA, P. & ARANTES, L. G., 2006, p. 26):

Etapa I. Dar apoio à sustentabilidade social, econômica e ambiental dos manejos e práticas implantadas, por meio de incentivos financeiros aos proprietários custeados pelo Pagamento por Serviços Ambientais.

Etapa II. Redução dos níveis de poluição difusa rural, decorrente dos processos de sedimentação e eutrofização e de falta de saneamento ambiental.

Etapa III. Difundir o conceito de manejo integrado de vegetação, solo e da água na Bacia Hidrográfica do Rio Jaguari.

Etapa IV. Aumento da cobertura florestal nas sub-bacias hidrográficas e implantação de micro corredores ecológicos.

Sendo assim, apresentamos o panorama em que foi criado o projeto Conservador das Águas. Devido ao sucesso do projeto, junto ao fato do Brasil ser o país mais megadiverso do mundo e a urgência da demanda por políticas sustentáveis, surgiu o interesse em analisar a influência dessas propostas políticas na continuidade administrativa na prefeitura de Extrema.

3.4. Resultados da Política – Premiações

O projeto foi vencedor de diversos prêmios, reafirmando e reconhecendo sua importância e impacto ambiental. De acordo com o livro de comemoração de 12 anos do projeto, ‘‘Conservador das Águas’’ (2017, p. 183), as premiações são:

Prêmios Conservador das Águas	Anos
Prêmio Bom Exemplo em Parceria com a Fundação Dom Cabral e a Globo Minas	2011
10º Prêmio Furnas Ouro Azul	2011
Caixa Melhores Práticas em Gestão Local 2011/2012	2011/2012
Prêmio Greenvana Greenbest na categoria ‘‘Iniciativas Governamentais’’	2012
Prêmio Internacional de Dubai 2012 de Melhores Práticas para Melhoria das Condições de Vida	2012
12º Prêmio Furnas Ouro Azul	2013
Prêmio Muriqui 2013	2013
Prêmio Von Martius de Sustentabilidade	2014
VI Prêmio Hugo Werneck de Sustentabilidade & Amor à Natureza.	2015
VIII Prêmio Mineiro de Boas Práticas na Gestão Municipal	2018

Estas premiações são indicativos que colaboram para a relevância da política no cenário mundial, que através de um mecanismo inovador de incentivo econômico, alcança reconhecimento e impacto ambiental.

CAPÍTULO IV: RESULTADOS - TESTE DAS HIPÓTESES

4.1. Apresentação dos Resultados

Antes de iniciar a análise dos resultados levantadas através das entrevistas em profundidade, se faz necessário apresentar as peculiaridades da administração municipal para compreensão do cenário político em que se deu o desenvolvimento do Conservador das Águas e trazer, assim, a discussão para o centro dos debates na Ciência Política sobre o comportamento eleitoral.

A disputa política em Extrema é marcada pela continuidade, onde o mesmo partido elege candidatos que se alternam no poder por 28 anos entre Dr. Sebastião (PSDB) e Dr. Luiz Carlos Bergamin (PSDB). Em 2016, foi eleito João Batista (PSDB), também do mesmo partido e vice-prefeito de Dr. Luiz Carlos Bergamin em sua última gestão até então (2012-2016).

O projeto Conservador das Águas teve origem na primeira gestão de Dr. Sebastião Antônio Camargo Rossi e Dr. Luiz Carlos Bergamin deu continuidade ao programa, com a manutenção do mesmo secretário de meio ambiente, que acompanha a continuidade da administração municipal.

Quadro 3: Relação do resultado das eleições durante o período de continuidade administrativa

ANO	VENCEDOR	PARTIDO
1988	Dr. Luiz Carlos Bergamin	PSDB
1992	Dr. Sebastião Antônio Camargo Rossi	PSDB
1996	Dr. Luiz Carlos Bergamin	PSDB
2000	Dr. Luiz Carlos Bergamin	PSDB
2004	Dr. Sebastião Antônio Camargo Rossi	PSDB
2008	Dr. Luiz Carlos Bergamin	PSDB
2012	Dr. Luiz Carlos Bergamin	PSDB
2016	João Batista da Silva	PSDB

Fonte: A autora.

A notável estabilidade política com a continuidade administrativa, colaborou para um acúmulo do conhecimento técnico sobre questões ambientais hídricas, e conseqüentemente para a execução e criação de um projeto para a conservação ambiental em Extrema.

A estabilidade do grupo político desperta mais um interesse nesta dissertação.

Foram oito pleitos consecutivos de sucesso eleitoral por um só grupo. Durante este período, no âmbito nacional: a) o PMDB assumiu a Presidência da República e saiu com baixíssima aprovação (1985-1989); b) Fernando Collor de Melo com discurso antisistema e antipartidário assumiu a Presidência e foi impedido, Itamar Franco seu vice assumindo o cargo (1990-1993); c) Fernando Henrique Cardoso do PSDB governou por dois mandatos (1994-2001), d) o PT com Lula assume a Presidência por dois mandatos (2002-2009) e com Dilma Rousseff por mais dois mandatos, sendo o segundo sendo interrompido por um impeachment (2010-2016); e) o PMDB volta ao poder com Michel Temer após o impeachment de 2016; e f) Jair Bolsonaro do PSL com discurso anti-sistema, anti-partidos assume a presidência em 2018. PSDB e PT se revezaram também no Governo do Estado, com fortes denúncias de corrupção de governadores, sendo Eduardo Azeredo (PSDB) chegou a ser preso e Fernando Pimentel (PT), condenado a mais de dez anos de prisão. Minas Gerais, o Brasil e o mundo viram seus cenários políticos e econômicos se desestabilizarem e Extrema passou firme na continuidade política e no crescimento econômico.

De acordo com a Fundação João Pinheiro, Extrema foi eleita a segunda melhor cidade para se viver em Minas. É o município mais desenvolvido do Brasil pelo Índice da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), a educação oferecida pela Rede Municipal de Ensino de Extrema atinge e até ultrapassa a meta do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), mostrando que o município ensina mais do que o Estado e o Brasil. (GAZETA DA CIDADE, 2016). Desta forma, entender o sucesso eleitoral de Extrema também motiva esta pesquisa. Para a análise dos resultados, partiremos das quatro hipóteses apresentadas.

Hipótese 1: Pode-se esperar mais impacto do PSA – Conservador de Águas na avaliação do mandatário e no voto entre os beneficiários do programa do que entre os que não são beneficiários.

Esta primeira hipótese nasce dos achados de estudos anteriormente discutidos na revisão da literatura deste trabalho que apontam que a relevância da questão do meio ambiente para o eleitor é uma das razões para a variação do efeito desta política na decisão

do voto. Sobre a relevância da questão, a literatura aponta que existem elementos que são tradicionalmente mais relevantes, como a economia. No entanto, atualmente há um segmento de trabalhos que adotam a teoria do voto econômico de uma perspectiva multidimensional (Rennó, 2007, Veiga e Ross, 2019), onde outros elementos como o combate a corrupção ou a política ambiental começam a ganhar relevância e consequentemente influencia no comportamento do eleitor. Considerando que o beneficiário lida com os aspectos da política ao cercar sua propriedade e ao receber o pagamento, estaria mais propenso a ter a política ambiental como um tema relevante.

Desta forma, um aspecto fundamental a ser analisado nesta pesquisa é o que traz a questão do meio ambiente para o cerne da atenção do eleitor. No âmbito do município, o meio ambiente não surge como uma demanda fortalecida, como acontece com a saúde e educação. (Mitchell 1984; Dunlap 1987; Dunlap 1991).

Por isto, esta hipótese buscou investigar se quando o eleitor possui um contato mais direto com o impacto da política ambiental, esta questão ganha mais relevância para seu voto e, assim, influencia no seu comportamento eleitoral.

O que identificamos através das entrevistas é que para os beneficiários do programa, a questão do meio ambiente surge como relevante quando fazem a avaliação do governante e das políticas públicas implementadas. O quadro a seguir esquematiza este argumento:

Quadro 4: Sistematização H1

SEXO	ESCOLARIDADE	IDADE	PROFISSÃO	BENEFICIÁRIO	RELEVÂNCIA DO TEMA AMBIENTAL
Mulher	superior incompleto	20	estudante e funcionária da prefeitura.	Sim	Esta entrevistada demonstrou muita aderência ao tema do meio ambiente pois sua família recebe o pagamento do projeto desde sua infância. Afirmou o quando o programa influenciou tanto na qualidade de vida financeira quanto na qualidade ambiental da propriedade rural em que vive. Cita a política ambiental como um dos quatro destaques da cidade. A política ambiental surge como um elemento que teve peso no voto.

Mulher	superior completo	57	Arquiteta	Não	Não demonstrou aderência ao tema do meio ambiente, embora considere que a coleta de lixo do município seja muito boa, não associa isso como política ambiental. Reconhece que existe essa preocupação pela parte da prefeitura mas não mencionou a política ambiental como um dos quatro temas importantes. Não se interessou ao tema ao votar. Não se interessou no tema ao votar.
Mulher	não informou	70	Dona de casa	Sim	Cita o Conservador das Águas como um dos quatro destaques da cidade, e o programa teve impacto no seu voto.
Mulher	pós graduação completa	65	Professora	Não	Não cita o meio ambiente como um dos quatro destaques da cidade. Reconhece que há uma preocupação nesse sentido por parte da prefeitura, porém não considera a questão na hora do voto.
Mulher	superior incompleto	39	Dona de casa	Não	Cita o meio ambiente e o conservador das águas como um dos quatro destaques da cidade. Considera o meio ambiente como um aspecto relevante na hora do voto.
Mulher	superior incompleto	68	Costureira	Não	Considera o Conservador das Águas como um elemento importante dentro dos quatro destaques do município, e considera a questão ambiental como fundamental na hora do voto, embora não especificamente o Conservador das Águas.
Homem	superior completo	55	Proprietário de uma escola de inglês.	Não	Considera a política ambiental muito boa, mas não a cita como um dos 4 principais destaques da cidade. O

					programa Conservador não é um elemento que pese no voto.
Homem	superior completo	55	Gerente de estúdio de aulas EAD	Não	Cita a política ambiental como um dos quatro destaques da cidade, considerando os avanços nesse sentido conquistas consolidadas no município. Não considera o programa como relevante na escolha do seu voto, mas considera que os beneficiários o façam.
Homem	não informou	70	produtor rural	Sim	Cita o Conservador das Águas como um dos quatro destaques da cidade. A política ambiental teve impacto no seu voto.
Homem	superior completo	40	Engenheiro	Não	Não cita o Conservador como um dos quatro destaques da cidade, embora fale sobre o turismo ecológico. Considera o meio ambiente como um tema muito forte no município, no que tange a coleta de lixo. Considera que a postura ambiental do governo é algo relevante para a escolha do seu voto.
Homem	superior incompleto	33	Cozinheiro	Não	Não considera as ações do meio ambiente na hora do voto, porém reconhece que existem medidas para preservação no município.
Homem	superior completo	55	Contador	Não	Não cita o meio ambiente como um elemento de destaque na cidade e não o considera como um elemento que teve impacto em seu voto.

Fonte: A autora.

A sistematização dos resultados apresentada acima confirma a hipótese 1 entre os entrevistados desta pesquisa. Todos os beneficiários do Programa Conservador das Águas ouvidos citaram o meio ambiente e o programa como um dos quatro itens mais importantes na realização da gestão e dizem que a satisfação com o programa impacta na

decisão do voto. O Programa Conservador de Águas ainda foi destacado como uma das quatro realizações mais importantes da prefeitura por três eleitores não beneficiários, entre os nove, resultado que não deve ser subestimado.

Os resultados confirmam esta hipótese não só porque os beneficiários do projeto consideram o meio ambiente na hora do voto, mas também porque foi uma visão comum nos outros entrevistados suporem que poderia haver uma maior relação desse tipo entre aqueles que fazem parte do projeto. Isto indica que uma maior proximidade com o tema ambiental, como é o caso de produtores rurais, contribui para que identifiquemos uma tendência a pesarem mais para a população. Podemos citar algumas falas comuns entre os entrevistados:

“Só os produtores rurais eu acho, pelo que parece.” (mulher, 30-50, não beneficiária, superior completo)

“Os produtores rurais que ganharam a remuneração pela preservação.” (mulher, 30-50, não beneficiária, superior incompleto).

Em relação a avaliação do mandatário, percebemos que não houve discrepância na percepção dos entrevistados, que embora considerem que haja pontos fortemente negativos, como foi o caso da COPASA, fazem uma avaliação sempre orientada a satisfação com o governante. Este elemento pode justificar a reeleição contínua no município onde a mais de 16 anos o mesmo partido é eleito na prefeitura. Também percebemos que o voto não é guiado por aderência ao partido, sendo mais personalista.

“E hoje estamos em um ponto muito confortável, IDH alto, educação, saúde e segurança pública, tudo muito bem organizado, não é só por ser a gestão de 1 dos 3 prefeitos, Dr. Luiz, ou Sebastião ou João Batista, eles dão sequências aos projetos.” (homem, 40-60 anos, não beneficiário, superior completo).

“Olha, aqui a gente sabe que a cidade cresceu muito. Todo mundo adora os prefeitos são queridos, bem vistos, eu gosto muito do que eles fizeram aqui. Como sempre vivi aqui, vi tudo acontecendo e é muito claro para gente aqui o quanto a cidade melhorou em saúde, educação, nesses serviços...” (mulher, 30-60 anos, não beneficiária, superior completo).

“Hoje em dia tem do que reclamar da vida não porque agora a gente tem o que precisa aqui de apoio do governo. Muito bom o que fizeram.” (mulher, 50-70 anos, beneficiária, não informou).

Ainda considerando a proximidade com o tema, em eleitores que residem da área urbana do município, foi comum que citassem outras políticas públicas que não o meio ambiente, como podemos demonstrar:

“Vamos lá, a saúde, nem precisa de convênio, tem muito posto pela cidade toda; escolas municipais são excelentes e as do estado são ruins porque o estado é ruim (risos), mas as escolas do município são muito boas, tem qualidade, aqui é uma cidade limpa/ bonita; segurança, já teve assalto a banco uma vez aqui mas é muito raro. E isso foi uma das coisas que o João fez, ele deu uma verba enorme pra polícia militar, tem bombeiro... Mas me preocupa o desenvolvimento daqui, como já falei, não sei se essa cidade segura vai durar muito.” (homem, 40-60, não beneficiário, superior completo).

Desta forma, através das entrevistas realizadas, conseguimos confirmar esta hipótese. A relevância da questão surge com a proximidade do tema pelo eleitor, que acaba por fazer considerações sobre a política de PSA no município quando se enquadra como beneficiário do projeto.

Hipótese 2: Pode-se esperar que outros aspectos como saúde, educação, emprego impactem mais na decisão do voto do eleitor do que o meio ambiente e PSA.

Tal hipótese nasce dos achados de estudos anteriores que apontam para a tendência de que a preocupação ambiental não se sobreponha a questões tradicionalmente consideradas na literatura como economia/emprego, e – sendo no âmbito do município – a saúde, na hora da decisão eleitoral. Alguns estudos buscam identificar as razões da baixa presença dos temas ambientais no impacto eleitoral e de acordo com Zaller (1992), isto se dá porque as questões que motivam o voto estão atreladas a aquelas que estão em voga no momento, como é o caso de questões em crise e, por isto, o meio ambiente poderia vir a gerar um impacto político mais forte se e quando os eleitores se convencerem de que há uma crise ambiental, de forma geral ou pontual, que requer maior consideração dos governantes.

Um exemplo deste panorama pode ser o de que atualmente, no ano de 2020 e durante a realização deste trabalho, vivemos a pandemia do novo coronavírus refletida

pela deficiência no sistema de saúde. A partir deste contexto, enquanto na eleição de 2016 os percentuais para a relevância da saúde variavam em torno de 32% a 62%, este número se eleva para 43% a 77% durante a pandemia (IBOPE, 2020). Esta mesma lógica pode ser aplicável para questões ambientais, onde um desastre ou uma crise muito relevante pode acabar por gerar influência no comportamento eleitoral sobre o meio ambiente.

De acordo com as entrevistas realizadas neste trabalho, quando indagamos ao cidadão sobre os aspectos mais positivos do serviço público, ou seja, aqueles que o entrevistado considera como os de melhor qualidade, temos a seguinte relação, valendo que a ordem dos quatro pontos de destaque foi feita de forma aleatória, não representando, portanto, um ranking:

Quadro 5: Sistematização H2

SEXO	ESCOLARIDADE	IDADE	PROFISSÃO	BENEFICIÁRIO	Quatro pontos de destaque do município	Quatro pontos ruins no município
mulher	superior incompleto	20	estudante e funcionária da prefeitura.	Sim	Oportunidades; conciliar desenvolvimento industrial com sustentabilidade; muita disponibilidade de serviços (estabelecimentos e serviços públicos; saúde.	Não apontou pontos negativos nos serviços públicos.
mulher	superior completo	57	Arquiteta	Não	Saúde; oportunidades; estradas; eventos culturais.	Transporte público.
mulher	não informou	70	Dona de casa	Sim	Conservador das Águas; postos de saúde; eventos culturais; qualidade de vida.	Não soube responder.
mulher	pós graduação completa	65	Professora	Não	Oportunidades; saúde; educação municipal; assistência social.	COPASA; valor da energia elétrica; custo de vida.
mulher	superior incompleto	39	Dona de casa	Não	Educação municipal; meio ambiente; oportunidades; saúde.	COPASA; transporte público.
mulher	superior incompleto	68	Costureira	Não	Meio ambiente; saúde; oportunidades; lazer.	COPASA; custo de vida, transporte público.

homem	superior completo	55	Proprietário de uma escola de inglês.	Não	Saúde; educação municipal; limpeza urbana; segurança pública.	COPASA; trânsito.
homem	superior completo	55	Gerente de estúdio de aulas EAD	Não	Saúde; educação municipal; cultura; meio ambiente.	Comparação de qualidade de vida entre os moradores da área rural e urbana no que tange ao asfaltamento; consequências do crescimento desenfreado; receio com o futuro da segurança pública.
homem	não informou	70	produtor rural	Sim	Transporte público rural; postos de saúde; conservador das Águas.	Não apontou pontos negativos nos serviços públicos, alegando que devido a velhice não tem uma relação próxima no dia a dia com esses elementos.
homem	superior completo	40	Engenheiro	Não	Qualidade de vida; contato com a natureza; eventos culturais; lazer.	Crescimento muito acelerado; COPASA; alto custo de vida.
homem	superior incompleto	33	Cozinheiro	Não	Lazer; pontos turísticos; saúde; sistema sanitário de lixo/ coleta.	Transporte público; disputa por emprego entre pessoas de fora da cidade e os moradores.
homem	superior completo	55	Contador	Não	Transporte; saúde; educação municipal; oportunidades.	COPASA; conflitos culturais entre pessoas de outros locais que moram em Extrema devido as oportunidades de emprego.

Fonte: A autora.

A partir do que é apresentado, os resultados corroboram com a discussão teórica de que outros elementos aparecem como relevantes, que não o meio ambiente, embora

alguns cidadãos citem ações ambientais como um dos quatro elementos positivos. É muito central a discussão da economia, do crescimento e geração de oportunidades e emprego. As áreas de saúde e educação sempre tidas como centrais em disputas municipais também aparecem.

Todavia não podemos considerar como desprezível o fato de oito de nossos doze entrevistados fazerem alguma referência ao meio ambiente ao enumerarem as de prioridades.

Em entrevista com Secretário de Meio Ambiente, Paulo Henrique Pereira, quando perguntamos sobre a divulgação do projeto, ele ressalta a participação da grande mídia e os prêmios internacionais obtidos:

“O projeto não tem um programa municipal para divulgação de marketing, quando ele começou em 2005, como lei, ele foi sendo trabalhado e a grande mídia acabou o divulgando, Globo Rural, Globo Ecologia, acabou que ficamos muito expostos com essas mídias, com os prêmios também, o que criando uma comunicação aqui pro município e uma divulgação também. Essas situações, dos programas na TV e dos prêmios trouxeram muita popularidade para o programa e assim a sociedade incorporou o conservador.”
(Paulo Henrique Pereira, Secretário do Meio Ambiente)

O projeto foi implementado pelos prefeitos do mesmo grupo político, que se revezavam no poder quando não podiam mais recorrer a reeleição. Assim, quando perguntado sobre o peso do projeto nas campanhas eleitorais para a prefeitura, fica evidente que nunca houve oposição e polarização sobre o Conservador das Águas, e que não mereceu muito destaque em eleições:

“Já faz um tempo que estamos aqui acompanhando a eleição, 2008, 2012, 2016... Assim, nenhum governo faz oposição ao Conservador, o grupo da situação sempre destaca dizendo a importância do projeto, as conquistas e planeja manter os investimentos, e a oposição também segue esse discurso “se eu ganhar a eleição vou fazer mais” a última eleição o candidato que era oposição falava isso, e também, ver o que precisa ser melhorado [...]. Mas sobre as eleições, o projeto nunca foi utilizado de forma eleitoral no sentido de ser um “cabresto”, nunca foi algo que prendesse os eleitores que são beneficiários como “se você não votar em mim vou deixar de pagar” nunca o projeto foi utilizado com esse fim eleitoral.” (Paulo Henrique Pereira, Secretário do Meio Ambiente).

Outro elemento que podemos ter como indicativo da baixa adesão ao tema no comportamento eleitoral, pode ser tido sobre a percepção do projeto frente a outros serviços públicos:

“Assim, do ponto de vista eleitoral e de população, como um todo, a minha percepção é que a questão ambiental é um verniz, é uma decoração, porque na hora do ‘vamos ver’ o que pega são questões mais centrais para sociedade, educação, saúde, segurança, obras... isso é o feijão com arroz, então um programa ambiental é como um acompanhamento, não é o prato principal, mas isso faz diferença. Em Extrema do ponto de vista político a gente tá num cenário bastante diferente do Brasil pois existe uma continuidade administrativa de 8 mandatos consecutivos, mas já tivemos eleições bem apertadas - então esse diferencial, esse acompanhamento do meio ambiente acaba ajudando, é um ingrediente especial, um detalhe que é importante, mostra seriedade, um projeto bom que é aceito por muitas pessoas, então ele acaba sendo um componente político interessante, algo que enriquece.” (Paulo Henrique Pereira, Secretário do Meio Ambiente).

Além disso, outro aspecto que podemos somar a esta discussão é que embora grande parte dos entrevistados justificassem seu afastamento ao tema por o considerarem ser complexo ou técnico, pudemos perceber que havia um interesse por parte dos entrevistados quando discutimos a relevância da política ambiental para os tempos atuais.

“Gostei muito de saber mais sobre isso, um assunto que assim, no dia a dia a gente nem pensa, nem coloca para pensar sobre o que o prefeito está fazendo para cuidar da nossa natureza. Aqui a gente tem muito parque natural, muito turismo para essas coisas e é válido que a gente tenha esse cuidado. A vida depende da natureza e eu fiquei feliz de saber que se preocupam tanto com isso aqui, da gente ter um programa que é tão bom, ajuda tanto a cuidar e preservar. A gente já sabe que a sustentabilidade é importante e eu acho agora que os prefeitos tinham que falar mais disso, aparecer mais no jornal, a gente tinha que saber mais desses assuntos aqui”. (mulher, 30-60, não beneficiária, superior completo).

“Agora que você me falou desse programa vou pesquisar, mas acho que vai ter peso no meu voto sim. Legal cuidar da natureza, sou a favor, mas eu nunca votei em alguém por causa de alguma proposta pro meio ambiente... ruim isso né? mas

acho que somos um país carente nesse sentido.” (homem, 30-50 anos, não beneficiário, superior incompleto).

Em síntese, o que foi possível verificar é que temas como emprego/crescimento econômico/oportunidade, saúde e educação se sobrepõem ao assunto do meio ambiente. Todavia, como para os beneficiários o projeto Conservador das Águas tem interface com renda/oportunidade, ele ganha centralidade na avaliação da gestão e na decisão do voto, pois mexe com o bolso do produtor.

Não se deve subestimar, no entanto, que oito eleitores dentre os entrevistados mencionaram meio ambiente/natureza/ desenvolvimento sustentável ou outra ideia próxima como os quatro componentes mais importantes da atual gestão, o que denota um grau de envolvimento razoável com a temática do meio ambiente. A partir da fala do responsável pelo projeto, verifica-se que tal mobilização pode estar associada à visibilidade da cobertura da grande imprensa e do recebimento de prêmios. Este aspecto corrobora com a importância da opinião pública sobre o meio ambiente, pois a visibilidade dada pela mídia colaborou para que a questão tivesse relevância, como podemos perceber:

“Mas isso é conhecido aqui, passou na globo, no antena 1 e em vários locais. O produtor rural tem um incentivo do governo para manter aquela mina de água, o governo dá um incentivo para você fazer isso, com reflorestamento...” (homem, 40-60, não beneficiário, superior completo).

“Passava na TV falando de como isso era bom para as águas, para termos mais água... Isso assim. Aí ganhou vários prêmios uns anos atrás, passava no jornal, muito legal.” (mulher, 30-60 anos, não beneficiária, superior incompleto).

Quando se deixa a aprovação do prefeito e se pensa na decisão eleitoral, verifica-se que o assunto meio ambiente perde importância entre os entrevistados. A partir da fala do responsável pelo projeto constata-se a falta de oposição ao projeto pelos candidatos desafiantes nas disputas para prefeito, ou seja, não há polarização sobre o tema. A revisão da literatura apresentada mostra que quando não há diferenças perceptíveis da atitude dos partidos sobre o meio ambiente, ele tende a perder importância em eleições.

Hipótese 3: Pode-se esperar que a aceitação do PSA e seu impacto na avaliação do mandatário e no voto não se alterem em condições mais desfavoráveis da economia.

Esta hipótese nasce do que é apresentado pela literatura onde se acredita que o apoio à proteção ambiental se associa a condições econômicas favoráveis, sendo assim, a preocupação com o meio ambiente é tradicionalmente uma das primeiras coisas a serem desconsideradas pela opinião pública quando a situação econômica de um país está desfavorável e em crise. De acordo com Inglehart e Flanagan (1987) os autores explicam que os fatores econômicos desempenham um papel central nas prioridades da sociedade, tanto em nível político quanto pessoal, e por isto quando há uma diminuição de problemas econômicos atrelados ao consumo, outros fatores começam a moldar os interesses e preferências da sociedade, um princípio que pode ser chamado de utilidade marginal decrescente do determinismo econômico (*diminishing marginal utility of economic determinism*). Esta situação é caracterizada quando a sociedade considera os serviços públicos como saúde, educação e empregabilidade - aspectos tradicionalmente relevantes para o voto econômico - como satisfatórios, e assim surge uma abertura para outros fatores começarem a ganhar relevância na sociedade, como seria o caso do meio ambiente, que estaria atrelado a valores pós materialistas.

Nesta hipótese, a lógica utilizada para sua estruturação foi baseada no fato de que o PSA é um instrumento econômico e, por isto, gera renda aos produtores rurais que preservam os serviços ambientais em sua propriedade, portanto, diante de uma crise econômica o PSA não seria um objeto de rejeição. A proposta desta hipótese foi, então, se opor ao que apresenta a literatura, baseado na justificativa de que o PSA é um instrumento de geração de renda e por isto seria fundamental em um momento de crise econômica.

Nos últimos anos vivemos grande crise econômica no Brasil, marcada por desaceleração no crescimento e altos níveis de desemprego. A estimativa do Banco Mundial para 2020 é que cerca de 5,4 milhões de brasileiros atinjam a extrema pobreza, chegando ao total de 14,7 milhões de pessoas até o fim do ano, ou 7% da população. Acentuando essa crise econômica, estamos lidando com a maior crise sanitária dos tempos recentes, com a pandemia do COVID-19, que trouxe para o centro do debate as deficiências no sistema público de saúde.

No entanto, o município de Extrema segue no sentido contrário do que acontece no país e de acordo com dados sobre o crescimento do município e através das entrevistas, ficou claro que os eleitores consideram que a cidade está crescendo, que os serviços

públicos gerem qualidade de vida e que há muita oportunidade no município. Em 2015 a cidade foi considerada a melhor em desenvolvimento municipal do Brasil pelo índice de desenvolvimento municipal feito pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN), que leva em conta Emprego & Renda, educação e saúde. Durante as entrevistas, quando interpelados por esta temática, era comum que os entrevistados respondessem no mesmo sentido sobre o progresso da cidade, como podemos perceber:

“Progresso, sempre. A gente tem uma sorte muito grande com a política aqui porque sabemos que podemos contar com a excelência do trabalho dos prefeitos. Eles sempre fizeram o melhor pela cidade, cuidaram da população... Aqui a gente sente que pode confiar na política porque sempre vemos muito resultado.”
(mulher, 60-80 anos, não beneficiária, superior completo).

Está em progresso. É o que eu venho falando... Estamos em progresso há 20 anos já, e continuamos seguindo nessa direção. Ainda há muito para gente crescer aqui, com certeza o próximo prefeito irá dar essa continuidade e seguir progredindo. (homem, 50-70 anos, não beneficiário, superior completo).

Percebemos o mesmo quando perguntamos sobre as oportunidades:

Sim, considero que há muita oportunidade para todos e essas oportunidades vêm crescendo. Muitas empresas nacionais e internacionais vêm pra cá atraídas por questões tributárias, como a cidade se preocupa com desenvolvimento faz atrativos fiscais para que as empresas venham para cá, como isenção de impostos, não sei quais porque não entendo de impostos, mas sei que são vários.
(homem, 50-70 anos, não beneficiário, superior completo).

Embora tenhamos estes dados, esta hipótese encontra dificuldades para ser testada, pois precisaríamos de elementos mais consistentes sobre a adesão do PSA por parte dos cidadãos, em um momento de crise econômica. A crise do Brasil não foi sentida em Extrema, portanto, não foi possível verificar o peso da crise na adesão ao Conservador.

Hipótese 4: Existe uma elasticidade na adesão ao projeto a depender da presença de movimentos ambientalistas com apelo social capaz de influenciar a opinião pública.

Esta percepção também nasce da análise teórica realizada neste trabalho, onde o comportamento eleitoral voltado para o meio ambiente pode ser motivado por movimentos sociais como grupos ambientalistas, ONGs ou, também, por desastres ambientais, capazes de influenciar a opinião pública (Mitchell 1984). Esta hipótese buscou investigar se a presença de grupos pró PSA surtiram efeito na percepção que a população fazia da política.

É importante, para isto, considerarmos que há, tradicionalmente uma resistência da parte dos produtores rurais em compreenderem sua propriedade como um instrumento capaz de gerar serviços ambientais consequentes da preservação. Isto porque é através dela que adquirem subsídios, realizando atividades como produção de leite, gado ou alimentação, que acabam por serem viabilizadas por certo nível de exploração dos ativos ambientais presentes, como água e floresta. Isto significa que ai reside um desafio, em convencer ou dialogar com os produtores rurais sobre os efeitos na preservação de suas matas para a sustentabilidade e as melhorias ambientais.

Uma importante observação a ser feita sobre instrumentos econômicos para a preservação ambiental, como é o caso do PSA, é que podemos considerá-lo como um jogo de soma positiva, isto porque incentiva a preservação através de uma recompensa financeira, contrastando com o que foi tradicionalmente desenvolvido, que são os instrumentos de comando e controle. O comando e controle funcionam como um instrumento que pune aquele que explora, além do que é permitido pela legislação local e pelo código florestal, os ativos ambientais de sua propriedade. Com o instrumento econômico a lógica é inversa, o proprietário recebe um incentivo ao preservar, mantendo sua mata em pé. É importante destacar esse aspecto pois o desenvolvimento sustentável encontra resistência não só pelos produtores rurais, mas em todo o modelo desenvolvimentista industrial, que acaba por encarar a preservação como um limitante ao seu crescimento.

Durante a investigação desta pesquisa, buscamos identificar se houve resistência da parte dos produtores rurais e quais medidas foram elaboradas para que isto fosse superado, considerando que movimentos ambientalistas são atores importantes no processo de tornar o tema ambiental relevante para a política e sociedade. Através das entrevistas que realizamos com os beneficiários do programa, podemos perceber:

“Eu me lembro que quando a prefeitura foi lá em casa tiveram muita dificuldade. Mas não foi só lá, eu diria que vendo o que aconteceu não só na casa da minha família, mas dos amigos com propriedades do lado, a maior dificuldade era convencer uma pessoa de 60, 70 anos, que passou a vida toda desmatando que tem que plantar árvore, é muito difícil. Quando fomos fazer isso na prefeitura foi uma briga, porque minha família não queria cercar tanto local quanto a prefeitura queria... Tiveram bastante resistência. Uma coisa que influenciou muito foi o pagamento, os produtores acabavam aceitando porque quando viam o dinheiro acabava que viam sentido em aderir, receber o dinheiro, foi o decisivo na história do Conservador, o valor monetário, sem ele não teriam entrado, digo com segurança.” (mulher, 20-30 anos, beneficiária).

“De início ninguém queria saber disso não. Meu marido, falecido, que tinha uma cabeça mais para a frente que ficou querendo saber quando isso apareceu e foi atrás pra entrar. Mas eu não queria nada disso não. O povo aqui todo era meio desconfiado porque a gente é contra ter que fechar mato e diminuir o gado né... porque mato não tem utilidade nenhuma. Mas aí a gente vai vendo aprendendo o quanto o mato é valoroso, uma sombra para a gente, uma sombra para o gado. Isso é bom demais.” (mulher, 50-70 anos, beneficiária, superior incompleto).

A partir deste relato, identificamos não só que houve resistência por parte dos proprietários, mas também que o incentivo econômico, ou seja, a compensação financeira pela preservação de áreas da propriedade teve um peso importante na adesão ao programa por parte dos proprietários rurais.

Sendo assim, investigar os elementos que colaboraram para que os proprietários rurais mudassem sua percepção e decidissem por fazer parte do projeto é fundamental. Quando dialogamos sobre estes aspectos com os beneficiários, pudemos identificar:

“Uma ONG muito forte é a TNC, desde cedo a gente ouvia que eles que bancavam e ajudavam com o projeto. Foi uma ONG muito forte aqui com a gente. Com recursos, capacitação técnica...” (mulher 20-30 anos, beneficiária, superior incompleto).

“O pessoal daqui na época se organizava, tinha a Dorinha que falava muito com a gente lá na igreja sobre agenda 21, aí ela ia conversando e explicando para gente

sobre essas coisas de cuidar da natureza, que ia ser muito bom... a gente acaba aprendendo.” (mulher, 50-70 anos, beneficiária, escolaridade não informada).

Sendo assim, a pesquisa indica dois elementos que influenciam na adesão dos eleitores ao meio ambiente: a presença de movimentos ambientalistas, que trazem um entendimento sobre a importância da preservação e um elemento específico do PSA: a compensação financeira pela preservação. Estes elementos são percebidos através das falas dos beneficiários do programa Conservador das Águas, que respondem que a influência desses atores colaborou para o entendimento da implementação da política, por trazerem elementos técnicos sobre o meio ambiente e a preservação, mas também por trazerem uma nova percepção sobre possibilidades de desenvolvimento.

Ainda sobre o peso da opinião pública no comportamento eleitoral ambiental, vale ressaltar outro elemento que identificamos em algumas entrevistas realizadas. Embora, predominantemente, os entrevistados consideravam não possuir conhecimento sobre o Conservador das Águas, citavam que conheciam a política devido a notícias em programas que foram televisionados em reportagens no Globo Rural. Ainda que este elemento não demonstre possuir relevância para o comportamento eleitoral, é importante ao colaborar para o que o tema ganhe mais relevância e conhecimento por parte da população de uma maneira geral, que ainda demonstra não compreender a influência ou a relevância que a política ambiental possui em suas vidas, como demonstraram possuir com a saúde e educação. Podemos perceber esta influência através de algumas falas, quando perguntamos sobre o surgimento e como conheceram o projeto Conservador das Águas:

“Olha, eu acredito que foi em 2008 por aí que eu fiquei sabendo e quando saiu a reportagem no Globo Rural, mas tem tempo que não vejo notícia, mas tem um carro do Conservador das águas que a gente vê passando por Extrema, mas não é uma coisa que a gente escuta falar mais sobre, na época que saiu deu uma grande publicidade para cidade e a gente ouvia mais, ganhou prêmio, mas não é uma coisa que gente escuta muito.” (homem, 40-60 anos, não-beneficiário).

“Mas isso é conhecido aqui, passou na Globo, no Antena 1 e em vários locais [mídias televisivas]. O produtor rural tem um incentivo do governo para manter aquela mina de água, o governo dá um incentivo para você fazer isso, com reflorestamento... é isso que eu sei, que ganhou prêmios internacionais, que é

referência no país, no mundo essa política.” (homem, 40-60 anos, não-beneficiário, superior completo).

Sendo assim, podemos considerar que movimentos pró políticas ambientais influenciam positivamente e fazem com que o tema ganhe relevância para o eleitor. Somando a isto, trazer o assunto para a mídia, e a publicidade também possuem capacidade de influenciar o comportamento eleitoral da população.

CAPÍTULO V: CONCLUSÃO

Este trabalho teve como objetivo analisar o peso da política de pagamento por serviços ambientais institucionalizada pela Conservador das Águas, primeira experiência municipal do país a utilizar o PSA, nas eleições para prefeitura de Extrema, desde que foi criado em 2005. A criação destes mercados vem sendo considerado o instrumento mais inovador nestes anos recentes em relação a conservação ambiental, sendo parte central nos debates internacionais sobre desenvolvimento sustentável, principalmente em relação as mudanças climáticas e abastecimento de água (VEIGA, 2008).

Este trabalho foi guiado por quatro hipóteses sobre as eleições municipais e o Projeto Conservador das Águas. O estudo pretendeu realizar uma discussão teórica sobre o comportamento eleitoral perante a questão do ambientalismo, considerando a relevância do tema para o eleitor e os elementos que colaboram para que o tema ganhasse destaque a partir da perspectiva do voto econômico multidimensional. O estudo procurou investigar as hipóteses a partir de entrevista por profundidade com 12 (doze) cidadãos do Município de Extrema, sendo 03 (três) beneficiários do Projeto Conservador das Águas e com o Secretário de Meio Ambiente do município, que esteve na pasta desde a elaboração, criação implementação e desenvolvimento do projeto.

Para isto, o trabalho foi dividido em cinco capítulo. O primeiro deles realizou a discussão teórica, na qual tratamos dos elementos sobre o comportamento eleitoral que consideramos mais relevante para a análise do tema, através da perspectiva do voto econômico multidimensional, onde outros elementos que não os tradicionais do voto econômico ganham relevância e são considerados pelo eleitor ao decidir sobre seu voto, como seria o caso do meio ambiente. Diversos aspectos foram considerados para realizar esta discussão, como elementos que contribuem para que o meio ambiente ganhe relevância e considerações sobre eleições municipais, como a importância da avaliação da administração e a satisfação com os serviços públicos. Somado a isto, fizemos uma apresentação de estudos que analisam a importância do ambientalismo para o eleitor, que concluem a ausência de dados que possam explicar essa questão, restando identificar as razões que justifiquem esta situação.

Em seguida, elaboramos uma parte para apresentar o Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) e o Projeto Conservador das Águas. O Projeto foi concebido em 2005

através da Lei municipal nº 2.100 com o objetivo de manter a qualidade dos mananciais de Extrema e promover a adequação ambiental das propriedades rurais. Ele prioriza uma ação mais preventiva do que corretiva. O entendimento é que o mecanismo de comando e controle não pode ser o único instrumento de gestão ambiental das propriedades rurais pois sozinho, não garante o aumento da cobertura florestal ou a preservação dos mananciais. Por ser um instrumento inovador, consideramos importante conceituar o instrumento para colaborar com a melhor compreensão da pesquisa.

Em seguida, apresentamos a metodologia e o resultado da investigação das hipóteses, elaboradas com base na discussão teórica. As conclusões que tivemos com este trabalho, foram aderentes com o que é colocado pela literatura sobre o tema. A relevância do meio ambiente no voto ainda pode ser considerada baixa, mesmo em um município que possui uma das políticas mais relevantes sobre o tema no país, que conta com reconhecimento internacional e tem seu arranjo institucional tido como referência.

A temática desta pesquisa conta com elementos inovadores, ainda pouco explorados pela Ciência Política. Embora o comportamento eleitoral seja um dos temas mais tradicionais e discutidos, a influência do meio ambiente ainda é uma perspectiva que precisa de maior esforço para que sejam identificados os aspectos que o tornam relevante para o eleitor. Ou seja, a presença do ambientalismo no voto, colocada através de uma política de Pagamento por Serviços Ambientais, é um tema com muitas lacunas a serem preenchidas. Das quatro hipóteses que foram elaboradas, três foram confirmadas a partir das informações adquiridas através das entrevistas por profundidade.

A Hipótese 1: *Pode-se esperar mais impacto do PSA – Conservador de Águas na avaliação do mandatário e no voto entre os beneficiários do programa do que entre os que não são beneficiários*, foi confirmada. Os beneficiários do Projeto citam o meio ambiente e o Conservador das Águas como um elemento importante para seu voto e demonstram uma forte aderência ao tema quando comparados com os outros eleitores, que mesmo quando consideram o meio ambiente como algo importante, em sua maioria não o consideram na hora do voto.

Na Hipótese 2: *Pode-se esperar que outros aspectos como saúde, educação, emprego impactem mais na decisão do voto do eleitor do que o meio ambiente e PSA*, baseada na discussão sobre a baixa presença dos temas ambientais no comportamento

eleitoral também se confirma a partir da análise das entrevistas por profundidade. Embora os entrevistados considerem o Meio Ambiente como um aspecto importante da política, ainda não colocam a política ambiental como um elemento importante ao fazer a escolha do candidato em que votariam. Os temas tradicionais do voto econômico ainda se sobressaem para o comportamento eleitoral.

Na Hipótese 3: *Pode-se esperar que a aceitação do PSA e seu impacto na avaliação do mandatário e no voto não se alterem em condições mais desfavoráveis da economia*, identificamos que há maior necessidade de investigação pois precisaríamos de elementos mais consistentes sobre a adesão do PSA por parte dos cidadãos, no sentido de comprovar que a aderência ao projeto, assim como a importância dos seus ganhos, continuaria presente em um momento de crise econômica, devido a sua capacidade de geração de renda. Embora o Brasil enfrente há anos uma crise econômica, com dificuldades de crescimento econômico e batendo recorde de desemprego, a situação em Extrema é de crescimento com geração de emprego e renda.

Por último, na Hipótese 4: *Existe uma elasticidade na adesão ao projeto a depender da presença de movimentos ambientalistas com apelo social capaz de influenciar a opinião pública*, percebemos que estes agentes são importantes, principalmente porque há uma visão predominante nos produtores rurais caracterizada por uma resistência a compreender os serviços ambientais que possuem em suas propriedades como recursos ativos, com potencial de geração de renda quando colocados na lógica do PSA. Sendo assim, a presença de movimentos ambientalistas são fundamentais no sentido de colaborar para uma compreensão inovadora sobre os serviços ambientais. Identificamos nas entrevistas com os beneficiários que a presença de pessoas, movimentos ou ONGs foi importante para que estes aderissem ao Projeto Conservador das Águas. Podemos, portanto, considerar que movimentos pró políticas ambientais influenciam positivamente e fazem com que o tema ganhe relevância para o eleitor.

Desta forma, concluímos com este trabalho que embora o meio ambiente se coloque como um tema promissor na agenda política internacional, ainda há pouco impacto no voto do eleitor, mesmo em um município que conta com uma das políticas públicas mais bem conceituadas no país e com reconhecimento internacional. Isto pode se dar devido a presença ainda muito forte dos temas tradicionais do voto como economia, saúde e educação, e, a uma baixa mobilização do tema por parte dos candidatos e da

administração municipal. Um ponto importante a ser ressaltado diz respeito às lacunas que não puderam ser preenchidas por este estudo, e que podem ser objeto de pesquisas futuras.

A despeito da pequena relação do ambientalismo com o voto, cumpre dizer que há uma expressiva relevância do tema ambiental enquanto um dos principais assuntos da gestão de Extrema, demonstrando ainda que timidamente o apreço do eleitor pelo município que conta com uma política pública consolidada e bem avaliada. Considerando a tendência bastante forte de que o desenvolvimento sustentável é necessário, o ambientalismo e as políticas ambientais tendem a ganhar cada vez mais espaço nas disputas políticas, mesmo que ainda seja um tema de baixa relevância.

BIBLIOGRAFIA

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS. **Nota informativa – Programa Produtor de Água**. Brasília: ANA, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/2HkNFoc>. Acesso em: 21 out. 2020.

ANASTASIA, Fatima; MELO, Carlos Ranulfo. Brasil: duas décadas de democracia. **Revista de Ciencia Política**, Santiago, v. 29, n. 2, p. 275-300, 2009.

ANSOLABEHERE, Stephen; PUY, M. Socorro. Measuring issue-salience in voters' preferences. **Electoral Studies**, [S.L.], v. 51, p. 103-114, fev. 2018. Elsevier BV. <http://dx.doi.org/10.1016/j.electstud.2017.09.008>.

ARAÚJO, Suely Mara Vaz Guimarães de. **Política Ambiental no Brasil no período de 1992-2012**: um estudo comparado das agendas verde e marrom. 2013. 486 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciência Política, Universidade de Brasília, Brasília, 2013. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/14599?mode=full>. Acesso em: 27 out. 2020.

BARRETO, Alvaro Augusto de Borba. Eleições municipais comparadas: a escolha do chefe do executivo no brasil e no uruguai e o impacto sobre os sistemas partidários locais (2000-2005). **Revista Brasileira de Ciência Política**, [S.L.], n. 7, p. 285-317, abr.2012. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-33522012000100012>.

BERELSON, Bernard R.; LAZARSELD, Paul F.; MCPHEE, William N.. Voting: a study of opinion formation in a presidential campaign. **Social Forces**, Chicago, v. 34, n. 2, p. 181-182, dez. 1955.

BOOTH, Douglas E.. Postmaterialism and Support for the Environment in the United States. **Society & Natural Resources**, [S.L.], v. 30, n. 11, p. 1404-1420, 27 mar. 2017. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/08941920.2017.1295501>.

BORBA, Julian, et al. A eleição de 2008 para prefeito em Florianópolis. In: BAQUERO, Marcello; CREMONESE, Dejalma (org). **Eleições municipais 2008**: uma análise do comportamento eleitoral Brasileiro. Ijuí: Editora Unijuí, 2009.

BRAZIL FOREST TRENDS (Washington). **Matriz Brasileira de Serviços Ecosistêmicos**. 2018. Disponível em: <https://brazil.forest-trends.org/>. Acesso em: 27 out. 2020.

CAMARGOS, Malco. Belo Horizonte: a manutenção do status quo. In: SILVEIRA, Flávio (org.). **Estratégia, Mídia e Voto**. Porto Alegre: Edipucrs, 2002.

CAMPBELL, A. et al. **The American voter**. Michigan: John Wiley, 1960.

CARSEY, Thomas M.; LAYMAN, Geoffrey C.. Changing Sides or Changing Minds? Party Identification and Policy Preferences in the American Electorate. **American Journal Of Political Science**, [S.L.], v. 50, n. 2, p. 464-477, abr. 2006. Wiley. <http://dx.doi.org/10.1111/j.1540-5907.2006.00196.x>.

CHAIA, Vera. et al. São Paulo: embate partidário, mídia e comportamento eleitoral. In: SILVEIRA, Flávio (org.). **Estratégia, Mídia e Voto**. Porto Alegre: Edipucrs, 2002.

COFFEY, Daniel J.; JOSEPH, Patricia Hallam. A Polarized Environment. **American Behavioral Scientist**, [S.L.], v. 57, n. 1, p. 116-139, 2 nov. 2012. SAGE Publications. <http://dx.doi.org/10.1177/0002764212463362>.

COSTANZA, R. et al. The value of the world's ecosystem services and natural capital. **Nature**, [S.L.], v. 387, p. 253-260, 1997.

DAILY, G. C. **Nature's services: societal dependence on natural ecosystems**. Washington: Island Press, 1997.

DANIELS, D. P. et al. Public Opinion on Environmental Policy in the United States. In: KRAFT, M. E.; KAMIENIECKI, S. (ed.). **The Oxford Handbook of U.S. Environmental Policy**. New York: Oxford University Press, 2012.

DOWNS, Anthony. **Uma Teoria Econômica da Democracia**. São Paulo: Edusp, 1999.

DUNLAP, Riley E. Public Opinion in the 1980s Clear Consensus, Ambiguous Commitment. **Environment: Science and Policy for Sustainable Development**, [S.L.], v. 33, n. 8, p. 10-37, out. 1991. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/00139157.1991.9931411>.

_____. The impact of political orientation on environmental attitudes and action. **Environment and Behavior**, p. 428–454, 1975.

DUNLAP, Riley E.; GALE, R. P. Party membership and environmental politics: A legislative roll-call analysis. **Social Science Quarterly**, v. 55, n. 3, p. 670–690, 1974.

ELLIOTT, E. J. L. R.; BARRY, J. S. Exploring Variation in Public Support for Environmental Protection. **Social Science Quarterly**, v. 76 n. 1, p. 41-52, 1995.

ENGEL, S.; PAGIOLA, S.; WUNDER, S. Designing payments for environmental services in theory and practice: An overview of the issues. **Ecological Economics**, v. 65, n. 4, p. 663-674, 2008. <http://dx.doi.org/10.1016/j.ecolecon.2008.03.011>.

EXTREMA. Lei Municipal nº 2.100 de 21 dez. 2005. **Cria o Projeto Conservador das Águas**. Extrema. Disponível em: <http://extrema.mg.gov.br/conservadordasaguas/lei-n-2100.pdf>. Acesso em: 27 out. 2020.

FEARNSIDE, P.M. Environmental services as a strategy for sustainable development in rural Amazonia. **Ecological Economics**, v. 20, 1997.

FIGUEIREDO, Marcus. **A decisão do Voto, Democracia e Racionalidade**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

FIRJAN (Rio de Janeiro). **Índice FIRJAN De Desenvolvimento Municipal**: ano base 2013. Ano Base 2013. 2013. Disponível em: <http://publicacoes.firjan.org.br/ifdm/2015/files/assets/common/downloads/publication.pdf>. Acesso em: 27 out. 2020.

FISHER, B.; TURNER, K. R.; MORLING, P. Defining and classifying Ecosystem services for decision making. **Ecological Economics**, Amsterdam, v. 68, n. 3, p. 643-653, 2009.

GARCIA, J.; ROMEIRO, A. Pagamento por Serviços Ambientais em Extrema, Minas Gerais: Avanços e Limitações. **Revista Iberoamericana de Economía Ecológica**, v. 29, n. 1, p. 11-32, 2019. Disponível em: <https://redibec.org/ojs>. Acesso em: 20 out. 2020.

GONÇALVES, H. **Pagamentos por serviços ambientais segundo a ótica da comunidade envolvida**: o caso do projeto “Conservador das Águas”, Extrema/MG.

2013. Dissertação (Mestrado) – Curso de Ciências na área de Ecologia aplicada. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

GONZAGA, R. M. **Avaliação da influência dos Pagamentos por Serviços Ambientais sobre a estrutura da paisagem**. 2016. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências da Engenharia Ambiental, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

GRAMACHO, Wladimir; JÁCOMO, André; SAMPAIO, Thiago. Tarifas e tarefas: determinantes locais e institucionais da aprovação do prefeito de São Paulo (1993-2012). In: LAVAREDA, Antonio; TELLES, Helcimara. **A lógica das eleições municipais**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2016.

GUBER, Deborah Lynn. A Cooling Climate for Change? Party Polarization and the Politics of Global Warming. **American Behavioral Scientist**, [S.L.], v. 57, n. 1, p. 93-115, 23 out. 2012. SAGE Publications. <http://dx.doi.org/10.1177/0002764212463361>.

_____. **Greenbacks or “green” ballots?** Environmental voting on statewide ballot propositions, 1964–1993. Apresentado em: New England Political Science Association Annual Meeting, Spring eld, MA, 3-4 mai. 1996.

_____. Partisan Cueing and Polarization in Public Opinion About Climate Change. **Oxford Research Encyclopedia Of Climate Science**, [S.L.], 28 jun. 2017. Oxford University Press. <http://dx.doi.org/10.1093/acrefore/9780190228620.013.306>.

_____. Voting Preferences and the Environment in the American Electorate. **Society And Natural Resources**, [S.L.], v. 14, n. 6, p. 455-469, 1 jul. 2001. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/08941920152120484>.

GUEDES, F. B.; Seehusen, S. E. **Pagamento por Serviços Ambientais na Mata Atlântica: lições aprendidas e desafios**. Ministério do Meio Ambiente: Brasília, 2011.

HEJNY, Jessica. The Trump Administration and environmental policy: Reagan redux?. **Journal Of Environmental Studies And Sciences**, [S.L.], v. 8, n. 2, p. 197-211, 27 jan. 2018. Springer Science and Business Media LLC. <http://dx.doi.org/10.1007/s13412-018-0470-0>.

HALLAM, P. S.; COFFEY, D. J. **The Coming Storm: Voter Polarization and the Rise of Environmentalism**. Apresentado em: Annual Meeting of the American Political Science Association, 2007 Chicago, IL.

INGLEHART, Ronald; FLANAGAN, Scott C.. Value Change in Industrial Societies. **American Political Science Review**, [S.L.], v. 81, n. 4, p. 1289-1319, dez. 1987. Cambridge University Press (CUP). <http://dx.doi.org/10.2307/1962590>.

IRRIGART, 2012. **Plano Municipal de Recursos Hídricos: município de Extrema 2013-2020**. Extrema. Disponível em: <http://www.agenciapcj.org.br/docs/pmrh/pmrh-extrema-relatorio-sintese.pdf>. Acesso em: 21 out. 2020.

KINGDON, John W. **Agendas, Alternatives, and Public Policies**. New York: Harper Collins, 1995.

KRIZ, M. The green card. 1995. *Nat. J.* 27_[d1](37):2262.

KRIZ, M. **Slinging earth**, 1996. *Nat. J.* 28(17):958.

LAMOUNIER, Bolívar. Presidente Prudente: o crescimento da oposição num reduto arenista. In: REIS, Fábio Wanderley (org.). **Os partidos e o regime**. São Paulo: Símbolo, 1978. P. 1-86.

LAKE, L. M. The environmental mandate: Activists and the electorate. **Polit. Sci.** v. 98, p. 215–233, 1983.

LAVAREDA, Antônio. **Emoções Ocultas e Estratégias Eleitorais**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2009.

LEISEROWITZ, Anthony A.; ROBERT, W. Kates; PARRIS, Thomas M.. Sustainability Values, Attitudes, and Behaviors: A Review of Multinational and Global Trends. **Annual Review of Environment and Resources**, 2006.

MANFREDINI, N. F. **Pagamento por Serviços Ambientais e a Economia Verde: Estudo de Caso: Simulação da aplicação do programa do “Produtor de Água” na Bacia do Rio Pirajibu**. 2015. Dissertação (Mestrado) – Curso de Diagnóstico, Tratamento e Recuperação Ambiental. Universidade Estadual Paulista, 2015.

MAY, P. H.; VEIGA NETO, F.; DENARDIN, V.; LOUREIRO, W. Using Fiscal Instruments to Encourage Conservation: Municipal Responses to the 'Ecological' ValueAdded Tax in Parana and Minas Gerais, Brazil. In: PAGIOLA, S.; BISHOP, J.; LANDELL-MILLS, N. (ed.). **Selling Forest Environmental Services: Marketbased Mechanisms for Conservation and Development**. London: Earthscan, 2002. cap. 10, p. 173-199.

MAY, P. H.; VEIGA NETO, F.; POZO, O. **Valoração econômica da biodiversidade: estudos de caso no Brasil**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 1999.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Biodiversidade Brasileira: Avaliação e identificação de áreas e ações prioritárias para conservação, utilização sustentável e repartição dos benefícios da biodiversidade nos biomas brasileiros**. Brasília-DF: Ministério do Meio Ambiente, 2002.

MITCHELL, R. C.. Public opinion and environmental politics in the 1970s and 1980s. In: VIG, Norman J.; KRAFT, Michael E. **Environmental policy in the 1980s**. Washington, DC: Congressional Quarterly Press, 1984. p. 81-99.

NEVES, S. D. **Satisfação com a administração e intenção de voto: Estudos das campanhas de reeleição de prefeitos de nova capitais brasileiras nas eleições de 2008**. Dissertação (Mestrado) – Curso de Ciência Política. Universidade Federal do Paraná, 2011.

PAGIOLA, S.; GLEHN, H. C.; TAFFARELLO, D. Introdução. In: PAGIOLA, S.; GLEHN, H. C.; TAFFARELLO, D. (org.). **Experiências de pagamento por serviços ambientais no Brasil**. São Paulo: SMA-SP, p. 17-27, 2013.

PEREIRA, P. et al. Projeto Conservador das Águas. 2006. **Prefeitura Municipal de Extrema**. Disponível em: <https://www.extrema.mg.gov.br/conservadordasaguas/o-projeto/>. Acesso em: 27 out. 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE EXTREMA – PME. **Projeto Água é Vida: Diagnóstico Socioambiental em Sub Bacias Hidrográficas no Município de Extrema – Minas Gerais**. Extrema: Prefeitura Municipal, 2004.

REIS, Fábio Wanderley (org). **Os partidos e o Regime**: a lógica do processo eleitoral brasileiro. São Paulo, Símbolo, 1978.

RENNÓ, Lucio R.; HOEPERS, Bruno. Voto estratégico punitivo: transferência de votos nas eleições presidenciais de 2006. **Novos Estudos - Cebrap**, [S.L.], n. 86, p. 141-161, mar. 2010. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0101-33002010000100008>.

REPETTO, Robert. Introduction. In: REPETTO, R. (ed.). **Punctuated Equilibrium and the Dynamics of U.S. Environmental Policy**. New Haven: Yale University Press, 1–23, 2006.

SANTOS, M. R. Cobrança pelo Uso da Água, Dispositivos Legais Aplicáveis à Gestão de Água em UC's e Propostas de Regulamentação dos Artigos 47 e 48 da Lei do SNUC. In: MAY, P. H.; SANTOS, M.; PEIXOTO, S. (org.). **Gestão de Recursos Hídricos em Unidades de Conservação**: O Caso do Parque Nacional de Tijuca. Rio de Janeiro: Instituto Terrazul/IBAMA/Petrobrás Ambiental, 2006.

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE (São Paulo). **Experiências de pagamentos por serviços ambientais no Brasil**. 2013. Disponível em: <http://documents1.worldbank.org/curated/en/548371468021548454/pdf/864940WP0P088000PORTUGUESE0PSAlivro.pdf>. Acesso em: 27 out. 2020.

SHABECOFF, P. Shades of green in the presidential campaign. **Issues Sci. Technol.** v. 9, p. 73-79, 1992.

TELLES, Helcimara de Souza. Estratégias de Campanha Política: slogans e retóricas nas eleições para prefeitos no Brasil. In: **America Latina Hoy**, n. 51. Salamanca: Editora Universidade de Salamanca, 2009. p. 141- 168.

TRINDADE, Hélió; CEW, Judson. Confrontação política e decisão eleitoral: as eleições municipais de 1976 em Caxias do Sul. In: REIS, Fábio Wanderley (org.). **Os partidos e o regime**. São Paulo: Símbolo, 1978. p. 45-211.

UDALL, S. L. **Local electoral clout**. Environment, 1987.

VEIGA, Luciana. Em busca das razões para o voto: o uso que o eleitor faz da propaganda política. In: **Revista Contra Campo**, v. 7. Niterói, 2003. p.183-208.

VEIGA, Luciana F.; ROSS, Steven Dutt. Os determinantes da avaliação da economia na eleição presidencial brasileira em 2014. **Opinião Pública**, [S.L.], v. 22, n. 3, p. 524-549, dez. 2016. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1807-01912016223524>.

VEIGA, Luciana F.; ROSS, Steven Dutt; MARTINS, Flávia Bozza. Os efeitos da economia e da Operação Lava-Jato na popularidade da Presidente Dilma Rousseff no período pré-impedimento. **Revista de Sociologia e Política**, [S.L.], v. 27, n. 72, 2019. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1678-987319277202>.

VEIGA, Luciana; SANTOS, Sandra Avi; NEVES, Daniela Silva. Prefeito bem avaliado, prefeito reeleito? Sobre o peso da satisfação com a administração na eleição, In: **7º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política**, Recife, 2010.

VEIGA NETO, F. **A construção dos Mercados de Serviços Ambientais e suas Implicações para o Desenvolvimento Sustentável no Brasil**. 2008. Tese (Doutorado) – Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

VEIGA NETO, F. **Análise de Incentivos Econômicos nas Políticas Públicas para o Meio Ambiente**: O caso do “ICMS Ecológico” em Minas Gerais. 2000. 161 f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

PALMER, Charles; WEINHOLD, Diana. Voter choice and issue salience: environmental preferences and the 2016 presidential election. *Geography And Environment Discussion Paper Series*, Londres, v. 2, p. 1-31, jun. 2020. Disponível em: http://eprints.lse.ac.uk/105053/4/Palmer_voter_choice_and_issue_salience_published.pdf. Acesso em: 27 out. 2020. WUNDER, S. **Payments for environmental services: Some nuts and bolts**. Jakarta: Center for International Forestry Research, 2005. 24 p. (CIFOR Occasional Paper.) v. 42.

ZALLER, J. R.. **The nature and origins of mass opinion**. New York: Cambridge University Press, 1992.

ANEXOS

ANEXO 1 – ROTEIRO DE ENTREVISTA

1 – MORAR EM EXTREMA

- 1) Vocês gostam de morar em EXTREMA? O que há de positivo e o que há de negativo em morar aqui?

- 2) Sentem orgulho de morar no município? Sim ou não? Pouco ou muito? O que causa orgulho e o que não causa orgulho?

- 3) As condições de vida em Extrema vêm melhorando ou piorando? Em que sentido vem melhorando e em que sentido vem piorando? Desde quando sentem tal mudança?

- 4) Quem são os responsáveis por essa mudança? Que ações e atitudes fizeram neste sentido?

2 – AVALIAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO ATUAL

- 1) Que sentimentos se afloram, se despertam quando você pensa na atual administração municipal de Extrema?

- 2) Pensando na administração atual do Prefeito (Inserir o nome dele aqui), você acha que Extrema está em progresso, parada ou decadente? Em que sentido? Pode explicar um pouquinho.

- 3) Na sua opinião o prefeito está fazendo uma administração boa ou ruim? O que há de bom? Quais são as realizações dessa gestão que vocês destacariam? O que há de ruim? O que mais destacam?

- 4) Na sua opinião, quais são os quatro principais destaques, pontos positivos da cidade hoje? (Explorar bastante)

- 5) Na sua opinião, quais são os quatro principais problemas da cidade atualmente? (Explorar bastante - *Falta rede de esgoto, falta de emprego, falta de asfalto/pavimentação das ruas, falta de moradias populares, falta de escolas, segurança pública, falta de áreas de esporte/lazer, falta de água encanada, serviços de saúde, falta de energia elétrica, limpeza, outros*).

Vamos falar de passado. ... (10 min)

O grupo do atual prefeito sempre esteve no poder ou houve revezamento? Quais foram os melhores mandatos nos últimos anos? E os piores?

Entre estes melhores mandatos, quais foram suas marcas, suas maiores contribuições para a cidade?

Entre os piores, quais foram as suas principais manchas, não realizações e erros?

Agora vamos falar um pouco mais sobre OPORTUNIDADES. Há oportunidades aqui em Extrema para vocês e os seus? Essas oportunidades vêm crescendo ou vêm diminuindo? Como vocês estão vendo?

3 – MEIO AMBIENTE E PROJETO PRODUTOR DE ÁGUAS (25 min)

Vamos falar um pouquinho sobre a política do meio ambiente aqui em Extrema. Eu sou de fora, o que você me conta da política de meio ambiente?

Agora, eu vou fazer algumas perguntas para você, sei que não é um especialista no assunto, mas queremos conhecer exatamente a lembrança, os sentimentos, avaliações e julgamentos de pessoas como você e não de especialistas. Assim, por favor, responda com o que tem em sua memória, com o que consegue se lembrar, caso não tenha acompanhado muitos pontos do assunto.

- Origem

Quando ela nasceu? Quais foram os primeiros projetos? Quais eram os seus objetivos, o que se buscava com essas políticas? Quem era para ser beneficiado com ela? Quais os ganhos ela trazia? Quais as perdas? Ao final, trazia mais perdas ou danos?

- Apoio da sociedade e político

De onde nasceu a ideia do projeto? A população aprovou o projeto? Por quê? Como foi a reação positiva e negativa?

Aqui em sociedade organizada, ONGs, movimento de bairro? Como eles se comportaram em relação ao projeto? Que sociedade organizada apoiou e qual foi contra?

E os vereadores e partidos, pelo que você se lembre, apoiaram ou não o projeto? Por quê? Quem apoiava dizia o que? E quem se colocava contra dizia o que?

- Implementação e trajetória

O projeto foi envolvendo mais gente e crescendo? Ele cresce até hoje? Ou já teve momentos de ele ser mais forte do que hoje? Quando teria sido, se este for o caso?

Quais foram os maiores desafios enfrentados pelo projeto desde o seu início? Momentos mais difíceis junto à população?

Quais foram os melhores ganhos, contribuições do projeto no decorrer desta trajetória?

- Resultados

Quem foram os maiores beneficiários deste projeto? O que eles ganharam?

Quem foram as pessoas que menos se beneficiaram ou perderam com o projeto? O que eles deixaram de ganhar ou perderam?

Quais foram os ganhos para a cidade para além dos beneficiários? O que a cidade ganhou com isto? Teve impacto nas outras áreas da gestão como desenvolvimento emprego, educação, saúde etc. ou não teve? Destaque como, por favor.

Quais foram as principais perdas para os beneficiários ou outros segmentos? E para a cidade? Teve impacto nas outras áreas da gestão como desenvolvimento emprego, educação, saúde etc. ou não teve? Destaque como, por favor.

Últimas perguntas.

- a. Pensando em tudo isto que falamos, que nota de 0 a 10, você daria para este programa? Por quê?
- b. Que nota de 0 a 10, você daria para o grupo político do prefeito atual, pensando em toda a sua trajetória até aqui? Por quê?
- c. Qual é o peso deste projeto e da política do meio ambiente nesta nota que você deu para o grupo político do prefeito? Por quê?
- d. Você acha que esta política do meio ambiente, este projeto tem efeito na avaliação que as pessoas fazem do prefeito?
- e. Esta política teve impacto direto ou indireto no voto das pessoas no decorrer destes anos? E no seu, ela teve?

4 – ELEIÇÕES 2020

Para eleição de 2020, vocês querem continuidade ou mudança? Continuidade em que sentido? Mudança em que sentido?

Qual é o tipo de prefeito ideal? O que esperam dele? Que resultados? Que características, jeito de ser? No que ele deve se parecer com o prefeito atual e no que ele deve ser diferente?

Quem deve se candidatar à prefeitura de Extrema em 2020?

Em sua opinião, quem deverá ganhar? Por quê?

O que é prioridade na escolha do voto?

E o meio ambiente, projeto?

Se você conhecesse o projeto, ele teria impacto no seu voto? [Fazer esta pergunta caso o entrevistado não conheça ao Conservador das Águas].

ANEXO 2 – ROTEIRO ENTREVISTA COM SECRETÁRIO DE MEIO AMBIENTE

I) A prefeitura costuma divulgar o projeto? Como é a publicidade dele? Você acha que alcança a população comum?

II) E em época de campanha, o projeto costuma ser divulgado? Você acha que as pessoas conhecem?

III) Qual é o impacto direto do projeto na avaliação positiva do prefeito?

IV) Qual é o impacto indireto do projeto? Como o projeto impacta o desenvolvimento da cidade? Em que áreas? Em que aspectos? Até que ponto os gestores têm noção desse impacto direto?

V) O que você vê como ganho neste projeto? O saldo é positivo ou negativo? E o no passar do tempo? Tem peso na hora do voto? Teve até aqui? Terá impacto na próxima eleição? O que você vê como custo?

VI) Pelo que conversei com as pessoas, elas elogiam muito o desenvolvimento da cidade, mas pouco falam do Projeto Conservador das Águas especificamente. Como este projeto influenciou o desenvolvimento de Extrema que os eleitores elogiam?